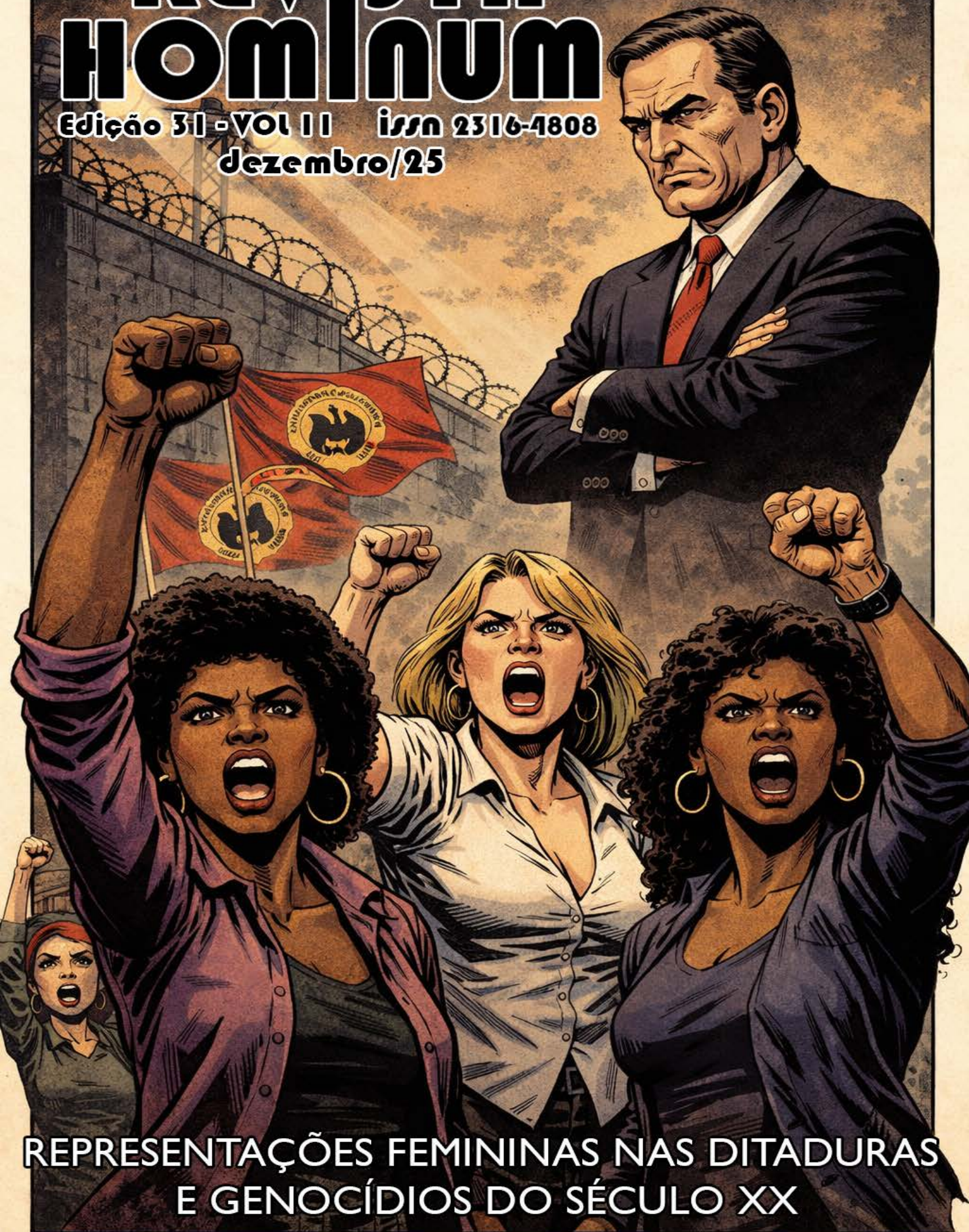


REVISTA HOMINUM

Edição 31 - VOL II ISSN 2316-4808

dezembro/25



REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS DITADURAS
E GENOCÍDIOS DO SÉCULO XX

Corpo Editorial

Editora Chefe: Cintia Rufino Franco Shintate – Especialista em História (PUCSP), História, Ciências, Ensino e Sociedade (UFABC) e em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho (UFPI).

Editor Executivo: Ary Albuquerque Cavalcanti Junior – Doutor (UFMT)

Editora Executiva: Priscila Lourenço Soares Santos – Mestra (UNISA)

Editoração: Daniel Gomes Fernandes Miranda (Estácio / Via Corvus)

Pareceristas

Aluizia do Nascimento Freire – Doutoranda em História - UFGD

Bruna Batista Ferreira – Doutoranda em História - UFF

Gabriel José Brandão de Souza – Doutor em História - UFRGS

Guilherme Nogueira Magalhães Muzulon – Doutorando em História - UFGD

Jacson Lopes Caldas – Doutorando em História - UFBA

Lilian Santos Lacerda – Doutora em Educação - PUCSP

Lisete Bertotto Corrêa – Mestre em Educação - UFRGS

Ludimila de Oliveira de Amorim – Doutora em Geografia - UFRGS

Mauricio Ribeiro Damaceno – Doutorando em História – UFMT

Renato Fonseca de Arruda – Doutor em Museologia e Patrimônio –
UNIRIO/MAST

Silvana Aparecida da Silva Zanchett – Doutora em História - UFMS

Suellen Cerqueira da Anunciação de Souza – Mestre em História - UFGD

Tierre Ortiz Anchieta – Doutorando em Educação - UFSC

SUMÁRIO

Apresentação..... 5

MEMÓRIAS DA GUERRA: a representação do trauma em Grama, de Keum Suk Gendry-Kim..... 8

Tayane Ferreira de Almeida e Dionson Ferreira Canova Júnior

ENTRE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: vozes de mulheres na literatura do século XX
..... 16

Antonio Eduardo Oliveira de Lima

O MOVIMENTO FEMININO COMO ELEMENTO UNIFICADOR DA LUTA POR ANISTIA..... 23

Arielle Gonçalves Vieira e Victor Pinheiro de Menezes

ESQUECIDOS PELO HOMEM, CONFIANTES EM DEUS: religiosas católicas e sua presença junto às vítimas da Grande Seca nordestina (1979-1983)..... 32

Ana Carolina Rodrigues dos Santos Souza e Karine Carvalho da Cruz

DINALVA CONCEIÇÃO TEIXEIRA: resistência e memória camponesa na ditadura militar brasileira (1964-1985)..... 39

Gabriela Santos de Sousa e Milena Germano da Silva Chagas

PÁTRIA, FAMÍLIA E BELEZA: A REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NA DITADURA CIVIL MILITAR NO BRASIL..... 45

Lucas Matheus Araujo Bicalho e José Marcos Nascimento Pontes

A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES EM UM JORNAL HOMOSSEXUAL DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA..... 54

Rogério Dos Santos Michaeli Filho

DESAPARECIMENTO POLÍTICO EM NARRATIVAS LITERÁRIAS: Ana Rosa Kucinski e a busca por uma desaparecida..... 61

Anna Klara Carvalho Consentino

EI NO PODER: a luta pelo luto na ditadura civil-militar argentina..... 67

Thais Neves Marcelo

“VIOLACIÓN SÍ, DELACIÓN NO”: o dogmatismo da esquerda armada revisto em La llamada..... 74

Caroline Peres Martins

APRESENTAÇÃO DE DOSSIÊ

REPRESENTAÇÕES FEMININAS NAS DITADURAS E GENOCÍDIOS DO SÉCULO XX

Um importante legado das ditaduras e genocídios do século XX é o testemunho de atingidos (direta ou indiretamente) por processos históricos que moldaram ou impactaram a vida cotidiana. Em sentido oposto a encerrar, silenciar ou reconciliar, a narração de vítimas permite o aprofundamento dos traumas históricos e põe em cena outras nuances para revisar os acontecimentos desconsiderados ou desconhecidos por narrativas oficiais e historiográficas. Exemplo disso é o testemunho de Margot Völk, aos noventa e cinco anos, o qual lançou luz sobre a existência de um grupo de mulheres alemãs — do qual fez parte — forçadas a experimentar as refeições do *Führer*, para salvaguardá-lo de tentativas de envenenamento. E a denúncia de mulheres coreanas, submetidas à prostituição e abusos sexuais por militares japoneses, no bojo da Segunda Guerra.

Nas últimas décadas, a academia expandiu o acompanhamento e legitimação da voz de mulheres que não se calaram e resistiram aos governos ditatoriais da América Latina, cujos órgãos de repressão operacionalizaram o silenciamento, censura, desaparecimento forçado e o controle do corpo feminino, punido por desafiar o poder masculino e militar. Em linhas gerais, as pesquisas têm destacado a agência de mulheres na luta armada e pacifista, em movimentos sociais pela anistia, à procura de seus desaparecidos políticos ou na reivindicação por memória, verdade e justiça — esta última que mantém a impunidade dos envolvidos em violações de direitos humanos entre 1964 e 1985 no Brasil. Além de situarem a reprodução de discursos e posicionamentos machistas nos partidos da própria esquerda, assim como o monopólio narrativo de ex-presos políticos em livros de memórias, nos quais as companheiras ocupam um papel secundário.

O dossiê *Representações femininas nas ditaduras e genocídio do século XX* apresenta uma pluralidade de discussões que partem de textos literários, documentos históricos (jornais e revistas, por exemplo) e de relatos que retomam as vivências insurgentes, de modo especial no Brasil e Argentina. Nesse sentido, *Memórias da guerra: a representação do trauma em Grama, de Keum Suk Gendry-Kim*, de autoria de

Tayane Ferreira de Almeida e Dionson Ferreira Canova Júnior, inaugura a compilação de trabalhos.

Os autores põem em pauta a memória traumática de guerra a partir de *Gramma* (2020), uma história em quadrinhos que recupera a experiência de mulheres coreanas vítimas de violências sexuais no contexto da Segunda Guerra Mundial, especificamente ao longo da ocupação japonesa. Já Antônio Eduardo Oliveira de Lima, em *Entre memórias e resistências: as vozes femininas na literatura do século XX*, parte de uma abordagem interseccional para revelar a vivência de mulheres negras e latino-americanas atravessadas pela violência, silenciamento e resistência em períodos históricos distintos, a partir da produção das escritoras latino-americanas Carolina Maria de Jesus, Lydda Franco Farias e Isabel Allende.

Em relação ao protagonismo de mulheres durante a ditadura civil-militar no Brasil, no artigo *O movimento feminino como elemento unificador da luta por anistia*, Arielle Gonçalves Vieira e Victor Pinheiro de Menezes mostram como o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) direcionou grupos sociais pulverizados para a mobilização em favor da redemocratização. Os efeitos do golpe de 1964 em territórios fora do eixo hegemônico, Sul e Sudeste, são analisados por Ana Carolina Rodrigues dos Santos Souza e Karine Carvalho da Cruz, no texto *Esquecidos pelo homem, confiantes em Deus: religiosas católicas e sua presença junto às vítimas da Grande Seca nordestina* (1979-1983). As autoras contextualizam a religiosidade popular como “estratégia de resistência”, por meio da atuação de religiosas católicas junto à população nordestina, vítima da Grande Seca, evento que espelha a omissão do Estado.

O itinerário de militância da nordestina Dinalva Conceição Teixeira (1945-1974), desaparecida forçada, é recuperado em *Dinalva Conceição Teixeira: resistência e memória camponesa na ditadura militar brasileira (1964-1985)*, de Gabriela Santos de Sousa e Milena Germano da Silva Chagas. O trabalho reconstrói a trajetória de Teixeira como guerrilheira do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), que fez parte do movimento armado da Guerrilha do Araguaia, um dos episódios mais turvos do governo militar. Segundo as autoras, no Araguaia, a militante ocupou o posto de vice-comandante e incorporou-se à população local, por meio da implementação de serviços básicos de saúde e educação, também com o fim de recrutar camponeses para a organização — até ser delatada, presa e morta pelos militares.

Nos mais de vinte anos de ditadura no Brasil, a publicidade orientou a construção de um modelo ideal feminino que refletia os valores do regime, e conseqüentemente o apoio empresarial às Forças Armadas, como apresentam Lucas Matheus Araujo Bicalho e José Marcos Nascimento Pontes, em *Pátria, família e beleza: a representação das mulheres na ditadura civil militar no Brasil*, a partir da análise de anúncios que circularam à época. Por outro lado, na discussão proposta por *A representação de mulheres em um jornal homossexual durante a ditadura militar brasileira*, Rogerio dos Santos Michaeli Filho apresenta o periódico *Lampião da Esquina* como um veículo progressista que confronta o aparelho repressivo, ao denunciar a repressão e discutir temas como a violência contra a mulher, sexualidade feminina e dupla opressão enfrentada por mulheres negras.

A tríade de artigos que encerram o dossiê destaca como a produção literária brasileira e latino-americana tem elaborado o trauma coletivo da perseguição política do passado. A partir de múltiplas abordagens e gêneros, escritores e escritoras representam os temas do desaparecimento forçado; o luto suspenso de familiares das vítimas; a resistência de mulheres contra o autoritarismo e domínio masculino; ou a culpabilização de sobreviventes, vítimas de violências sexuais em centros clandestinos de repressão.

A princípio, *Desaparecimento político em narrativas literárias: Ana Rosa Kucinski e a busca por uma desaparecida*, de autoria de Anna Klara Carvalho Consentino, reflete acerca da militância de Ana Rosa Kucinski, desaparecida durante o regime militar brasileiro. A autora delinea um breve panorama sobre o gênero como intensificador da violência perpetrada pelo sistema repressivo; e o romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, irmão de Ana Rosa. Nessa leitura, a obra é compreendida como um manifesto de preservação da memória, em resposta à violência de desaparecimento do corpo, como define Consentino.

Em *El no poder: a luta pelo luto na ditadura civil-militar argentina*, Thais Neves Marcelo parte de teóricos como Hegel e Simone de Beauvoir para contrastar *Antígona*, tragédia clássica de Sófocles, com a peça *Antígona Furiosa*, da argentina Griselda Gambaro. O estudo faz um exame crítico sobre a reação feminina contra o autoritarismo, com atenção especial para a performance de gênero durante o governo da Junta Argentina e o engajamento das *Madres de Plaza de Mayo*, que dialoga com as obras do *corpus* principal de Marcelo.

Caroline Peres Martins fecha o dossiê com “*Violación sí, delación nunca*”: o *dogmatismo da esquerda armada* revisto em *La llamada*, na qual investiga a dessacralização da esquerda armada ancorada em *La llamada* de Leila Guerriero, um perfil biográfico da ex-montonera Silvia Labayru, sobrevivente da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Sobretudo quanto à culpabilização de mulheres sobreviventes, vítimas de violência sexual nos centros clandestinos colocadas em suspeição, como crítica Labayru — lançada ao ostracismo pela acusação de colaboração.

À guisa de conclusão, o percurso pelos artigos reunidos no dossiê *Representações femininas nas ditaduras e genocídio do século XX* tonifica a pluralidade da produção científica nacional ligada à presença de mulheres em eventos traumáticos do século passado, a exemplo da Segunda Guerra Mundial e dos regimes ditatoriais da América do Sul. Uma tarefa imperativa diante da ascensão da extrema-direita e da demanda de uma democracia, de fato, mais participativa e inclusiva. Desde uma perspectiva interdisciplinar, os trabalhos revisitam criticamente o passado, a fim de trazer à baila as vivências de personagens esquecidas ou pouco referenciadas, bem como de vítimas — diretas e indiretas — que questionaram o autoritarismo ou romperam com o silêncio imposto pelos algozes.

Prof.^a Ma. Caroline Peres Martins

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

MEMÓRIAS DA GUERRA:

a representação do trauma em *Grana*, de Keum Suk Gendry-Kim

Tayane Ferreira de Almeida¹

Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: tayane.ferreira@ufpe.br

Dionson Ferreira Canova Júnior²

Universidade Federal de Pernambuco

E-mail: dionson.canova@ufpe.br

Resumo: Este artigo discute a memória traumática de guerra a partir da obra *Grana* (2020), de Keum Suk Gendry-Kim. Ao trazer à luz as lembranças de Ok-sun Lee, analisamos histórias sensíveis de mulheres coreanas vítimas de violência sexual durante a ocupação japonesa, ressaltando a importância das histórias em quadrinhos como fonte para a História e os estudos da memória.

Palavras-chave: História em quadrinhos; Memórias de guerra; Histórias sensíveis.

Abstract: This article discusses the traumatic memory of war through the graphic novel *Grass* (2020) by Keum Suk Gendry-Kim. By bringing to light the recollections of Ok-sun Lee, we analyze the sensitive stories of Korean women who were victims of sexual violence during the Japanese occupation, highlighting the importance of graphic narratives as a source for History and memory studies.

Keywords: Graphic novels; War memories; Sensitive stories.

¹ Doutoranda em História pelo PPGH da Universidade Federal de Pernambuco, bolsista FACEPE. Pesquisa a vertente teórica da Didática da História, quadrinhos e medo. Orientada pelos professores doutores Arnaldo Szlachta e Fábio Paiva.

² Mestre em História e doutorando em História (UFPE). Professor substituto de Ensino de História na Universidade Federal de Pernambuco. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Introdução

A guerra proporciona inúmeras narrativas que elucidam o trauma dos sobreviventes. A Segunda Guerra Mundial, em particular, revelou ao mundo a dolorosa história das chamadas mulheres de conforto (*comfort women*), muitas das quais foram sequestradas ou enganadas por falsas promessas de emprego e, posteriormente, levadas à força para bordéis militares mantidos pelo exército japonês em diversas regiões da Ásia entre 1932 e 1945. Seus testemunhos representam uma luta contínua entre a dor das memórias impressas em seus corpos e a busca por reconhecimento e retratação por parte do governo japonês.

Roy Brooks (2003) destaca que, durante os conflitos, as mulheres são submetidas a formas específicas de violência sexual, utilizadas estrategicamente para intimidar populações e desestabilizar comunidades. O estupro sistemático é apontado como um instrumento de guerra, cujos efeitos se estendem muito além do campo de batalha e alcançam dimensões reprodutivas, identitárias e culturais. Já Laura Hein (2003) enfatiza que a luta por reparações, conduzida majoritariamente pelas sobreviventes, não se restringe à obtenção de compensações financeiras; incorpora uma dimensão moral e histórica, exigindo o reconhecimento do sofrimento e da dignidade humanas violadas.

A partir da década de 1990, com o testemunho de Kim Hak-sun, primeira mulher a relatar publicamente sua experiência como mulher de conforto, inicia-se um movimento internacional por justiça e memória. Esse episódio marca não apenas uma nova etapa no reconhecimento dos crimes cometidos, mas também insere o tema na agenda global de direitos humanos. O silêncio imposto por décadas começa a ser rompido por meio de iniciativas civis e artísticas, entre as quais se destaca a *graphic novel* sul-coreana criada por Keum Suk Gendry-Kim, lançada originalmente em 2017 e publicada no Brasil pela editora Pipoca & Nanquim em 2020. A obra é uma adaptação do testemunho de Lee Ok-sun, que foi vendida por sua própria família ainda criança e forçada à escravidão sexual em uma casa de conforto na China.

Marita Sturken (2001) argumenta que a memória individual, embora frágil e subjetiva, pode confrontar narrativas oficiais e historiografias que negam ou minimizam a violência. No caso das mulheres de conforto, a disputa por memória se dá não apenas

nos tribunais ou documentos oficiais, mas também em espaços simbólicos. A rejeição de estátuas e monumentos por parte do governo japonês, como ocorreu em 2017³ sob o comando do então primeiro-ministro Shinzo Abe, ilustra a tensão entre políticas de esquecimento e as exigências de memória promovidas por sobreviventes e ativistas.

Apesar de pedidos formais de desculpas e acordos diplomáticos, grande parte das vítimas considera as medidas adotadas insuficientes, seja pela ausência de responsabilização direta do Estado japonês, seja pela natureza burocrática e monetária das reparações. Como observa Brooks (2003, p. 106), a indenização financeira, por vezes, é rejeitada por algumas vítimas, que a veem como “dinheiro manchado de sangue”. A busca por reparação, portanto, ultrapassa o campo jurídico e inscreve-se na esfera da ética, da memória e da justiça simbólica.

Ao abordar a história das mulheres de conforto, é possível compreender como os conflitos bélicos do século XX escancararam o uso da violência sexual como instrumento de poder e controle. A institucionalização da escravidão sexual por parte do exército japonês foi uma política sistemática, cuja magnitude foi reconhecida somente após décadas de mobilização das sobreviventes e de intensa pressão internacional. Estima-se que cerca de 200 mil mulheres, majoritariamente coreanas, foram submetidas a estupro em massa, doenças, abusos físicos e traumas psicológicos permanentes. O vídeo revelado em 2017⁴, pelo portal G1, com imagens inéditas dessas mulheres em 1944, reforça a dimensão histórica e documental do sofrimento imposto a elas.

Representação de trauma e testemunho em *Grana* (2020)

A história em quadrinhos *Grana*, publicada no Brasil em 2020 pela editora Pipoca e Nanquim, foi produzida pela autora sul-coreana Keum Suk Gendry-Kim. A narrativa acompanha a memória de Ok Sun-Lee desde a infância, na Coreia, marcada pela colonização, guerra e instabilidade econômica, até sua velhice, destacando seu

³ FRANCE PRESSE. Japão pede que Coreia do Sul retire monumento a 'mulheres consolo'. **G1**, 8 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/japao-pede-que-coreia-do-sul- retire-monumento-a-mulheres-consolo.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2025.

⁴ REUTERS. Imagens raras mostram "mulheres de conforto" coreanas da 2ª Guerra Mundial. **G1**, 6 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/imagens-raras-mostram-mulheres-de-conforto-coreanas-da-2-guerra-mundial.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2025.

trauma de ter sido capturada ainda criança e submetida à escravidão sexual pelo governo japonês durante a ocupação da Coreia (Gendry-Kim, 2020).

O termo “mulheres de conforto”, cunhado para esse contexto de escravidão sexual, é rejeitado pelas vítimas por derivar do japonês *ianfu*, que designa prostitutas, atribuindo uma conotação eufemística a um episódio marcado por violência, abusos e crimes de guerra (Gendry-Kim, 2020, p. 8). O governo japonês instituiu casas e bordéis que funcionavam como “estações”, onde essas mulheres e meninas eram abusadas diariamente por 30 a 40 soldados do exército imperial, segundo o relato de Ok Sun-Lee, presente na obra *Grana*. Essa prática ocorreu não só na Coreia, mas também em outros países sob ocupação japonesa, como China, Filipinas, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Birmânia, Tailândia e Vietnã.

Além de apresentar tais memórias e discutir os traumas específicos da escravidão sexual, a narrativa incorpora elementos cruciais do processo de dominação e subjugação impostos pelo Império japonês ao povo coreano. Entre esses elementos, destacam-se a imposição da língua japonesa e a adoção de nomes japoneses, a doutrinação religiosa, a convocação compulsória de homens coreanos para a guerra e o trabalho forçado, bem como a utilização da escola e da educação como instrumentos de manipulação e construção de narrativas que reforçavam a ideia de superioridade japonesa (Gendry-Kim, 2020).

Diante desse contexto, percebe-se que não é simples retratar essa história, especialmente em narrativa gráfica. Ao abordar o trauma e o testemunho de uma mulher que sofreu abuso na infância, classificado como crime de guerra e negado por décadas pelo governo japonês, a autora assume a responsabilidade de tratar com sensibilidade as memórias de Ok Sun-Lee. A obra enfatiza a violência sofrida e as responsabilidades históricas que o Japão tentou ocultar, cumprindo um dever histórico ao dar voz a essas mulheres marcadas física e psicologicamente. Assim, surge a pergunta: seriam os quadrinhos um meio adequado e eficaz para discutir e representar esse tipo de trauma e testemunho? Como questiona Emily Sullivan (2024):

The imminent presence of insidious postmemory invites the question: is there a way to ethically tell stories of trauma? That is, how can we represent trauma so that insidious postmemory is not perpetuated, but rather, truth-telling, understanding, restoration, and justice can be realized through the dual acts of telling and witnessing feminist testimony?⁵ (Sullivan, 2024, p. 10).

A pós memória, segundo Sullivan (2024), é uma forma de memória que pode ser transmitida, compartilhada e ancorada em histórias e práticas intergeracionais, ou seja, inserida em uma narrativa histórica coletiva. Para a autora, a linguagem dos quadrinhos permite a abordagem do trauma e do testemunho em um contexto que se distancia da iconografia tradicional do trauma. Isso ocorre porque o(a) autor(a) constrói a narrativa articulando cuidadosamente texto e imagem em uma sequência visual coerente, possibilitando, assim, o desenvolvimento de uma iconografia da resistência (Sullivan, 2024). Keum Suk Gendry-Kim (2020) recorre ao método da história oral na construção de *Gramma*, a fim de acessar e representar as memórias de Ok Sun-Lee. A autora insere esses momentos na obra, tornando-se também uma personagem ativa na narrativa e promovendo uma interlocução entre passado e presente.

A representação visual do trauma é mediada por Keum Gendry-Kim (2020) de forma ética e sensível, não expõe cenas explícitas de violação ou de sequências traumáticas em quadro, opta por utilizar expressões faciais, cortes e, em especial, o silêncio gráfico que é um método narrativo potente por incluir o leitor na construção da imagem. A retratação da primeira cena de estupro se constrói com uma sequência de seis quadros pretos nas páginas, em que encontramos, apenas a expressão de devastação de Ok Sun-Lee no centro de tais quadros; e, em seguida, perpetuam-se os seis quadros pretos por três longas páginas (Gendry-Kim, 2020). Isso transmite ao leitor a sensação de passagem de tempo e angústia, por ter que completar o silêncio gráfico em sua mente, o que demonstra respeito à memória traumática de Ok Sun-Lee e enfatiza sua dor.

⁵ “A presença iminente da insidiosa pós-memória nos convida à seguinte pergunta: existe uma maneira de contar eticamente histórias de trauma? Ou seja, como podemos representar o trauma de forma que a insidiosa pós-memória não seja perpetuada, mas, em vez disso, a narração da verdade, a compreensão, a restauração e a justiça possam ser alcançadas por meio da dupla ação de contar e testemunhar o testemunho feminista?” (tradução livre).

O reconhecimento dos abusos e das violências cometidos contra as meninas e mulheres foi prolongado por muitos anos. Inicialmente, o governo japonês negou os relatos; posteriormente, admitiu a existência das casas e bordéis, porém alegou que o trabalho não era forçado, mas voluntário — o que configuraria prostituição e não escravidão sexual. Essa versão foi desmentida com o próprio reconhecimento do extravio de documentos que poderiam comprometer as tropas japonesas. Nesse contexto, as mídias desempenharam um papel fundamental para impulsionar o reconhecimento e a busca por justiça em relação a esses testemunhos, com o intuito de reparar os erros cometidos no passado.

De acordo com o relato em *Gramma* (2020), em 1997, foi exibido na televisão coreana um episódio do programa *Em busca de casos e pessoas*, destinado a resgatar mulheres de conforto que, após a libertação, foram deixadas na China. Essa exibição contribuiu para apresentar para a população o silenciamento dessas vítimas e a importância do seu resgate. Em 2017, a BBC realizou uma entrevista com Lee Ok Seon⁶, na qual ela afirma que não houve voluntariedade para o ingresso nas casas de conforto; meninas e mulheres eram sequestradas ou enganadas por falsas promessas de emprego. Ao descrever as sequelas físicas e psicológicas de anos de abusos diários, *Gramma* (2020) foi lançado na Coreia nesse mesmo ano, o que reforça as discussões e a visibilidade dessas narrativas.

Conclusão

Buscamos discutir o apagamento das vozes de meninas e mulheres submetidas à escravidão sexual, prática conhecida como “mulheres de conforto”, promovida pelo Japão durante sua ocupação em diversos países asiáticos. Neste artigo, destacamos especialmente a experiência coreana, representada por meio da obra em quadrinhos *Gramma* (2020). A partir dessa narrativa, perpassamos aspectos como a representação do trauma, da memória e do testemunho, com o objetivo de evidenciar a importância

⁶ Lee Ok-Seon compartilhou seu testemunho em entrevista à BBC. Para mais informações, acesse a matéria publicada em 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38527022>. Acesso em: 16 mai. 2025.

das mídias, como a televisão e os quadrinhos, no cumprimento do dever de memória, frequentemente negligenciado ou silenciado pela história oficial.

Nesse sentido, buscamos demonstrar a percepção de que as vivências, as lutas e a resistência dessas mulheres devem ser lembradas, reconhecidas e responsabilizadas, suas vozes não podem ser esquecidas, como afirma Keum Suk Gendry-Kim em um dos trechos mais significativos da obra:

No fim do longo inverno, os galhos frágeis tremem. Novas vidas lutam para brotar de dentro para fora. O solo, por muito tempo adormecido, vai despertar, e a pequena grama vai se reerguer em meio às folhas secas, queimadas pelo frio. Mesmo derrubada pelo vento e pisoteada por muitos, a grama sempre se reergue (Gendry-Kim, 2020, p. 474-478).

Essa metáfora dá sentido ao título da obra, *Grana* (2020): as “vovós”, como são carinhosamente chamadas as sobreviventes, foram pisoteadas e enfrentaram inúmeras adversidades, mas suas vozes e suas vidas insistem em se reerguer, tal como a grama que ressurgue após um longo inverno.

Referências Bibliográficas

BBC NEWS BRASIL. As escravas sexuais da 2ª Guerra que estão no centro de novo conflito diplomático entre Japão e Coreia do Sul. **BBC News Brasil**, 9 jan. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38527022>. Acesso em: 16 mai. 2025.

BROOKS, Roy L. Reflections on reparations. In: TORPEY, John (Ed.). **Politics and the past: on repairing historical injustices**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

FRANCE PRESSE. Japão pede que Coreia do Sul retire monumento a 'mulheres consolo'. **G1**, 8 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/japao-pede-que-coreia-do-sul- retire-monumento-a-mulheres-consolo.ghtml>. Acesso em: 3 mai. 2025.

GENDRY-KIM, Keum Suk. **Grana**. Tradução de Jae Hyung Woo. São Paulo: Pipoca e Nanquim, 2020.

HEIN, Laura. War compensation: claims against the Japanese government and Japanese corporations for war crimes. In: TORPEY, John (Ed.). **Politics and the past: on repairing historical injustices**. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

REUTERS. Imagens raras mostram "mulheres de conforto" coreanas da 2ª Guerra Mundial. **G1**, 6 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/imagens-raras-mostram-mulheres-de-conforto-coreanas-da-2-guerra-mundial.ghtml>. Acesso em: 3 maio 2025.

STURKEN, Marita. Absent images of memory: remembering and reenacting the Japanese internment. In: FUJITANI, T.; WHITE, Geoffrey M.; YONEYAMA, Lisa (Org.). **Perilous memories: The Asia-Pacific War(s)**. Durham: Duke University Press, 2001.

SULLIVAN, Emily. **Testimonial Comics and the Ethics of Representation**. Dissertação (Mestrado em Artes), Northeastern University, Boston, Massachusetts, 2024.

ENTRE MEMÓRIAS E RESISTÊNCIAS: as vozes femininas na literatura do século XX

Antonio Eduardo Oliveira de Lima⁷
Universidade Federal do Pará (UFPA)
E-mail: anteduardoliveiradelima@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa representações femininas em contextos de guerra e autoritarismo no século XX, nas obras de Carolina Maria de Jesus, Lydda Franco Farias e Isabel Allende. A partir de uma abordagem interseccional, a investigação articula história e literatura a fim de discutir como essas narrativas tensionam a historiografia oficial ao revelar experiências de mulheres negras e latino-americanas marcadas por violência, resistência e silenciamento.

Palavras-chave: Literatura; Mulheres; Memória.

Abstract

This article analyzes female representations in contexts of war and authoritarianism throughout the 20th century, drawing on works by Carolina Maria de Jesus, Lydda Franco Farias, and Isabel Allende. Through an intersectional approach that articulates history and literature, it discusses how these narratives challenge official historiography by revealing the experiences of Black and Latin American women marked by violence, resistance, and silencing.

Keywords: Literature, Women, Memory.

1. Introdução

Este artigo propõe uma análise das narrativas de mulheres negras e mestiças que, por meio da escrita em diários, memórias e relatos, resistem a distintos regimes de silenciamento e opressões estruturais no século XX. A partir das obras de Carolina Maria de Jesus, Isabel Allende e Lydda Franco Farias, busca-se compreender como a literatura se transforma em arquivo da resistência, revelando experiências que escapam aos registros oficiais e que ampliam as possibilidades de interpretação histórica (Pesavento, 2006; Chartier, 2014).

Ancorado em uma perspectiva interseccional, o estudo considera as articulações entre gênero, raça e classe nas vivências dessas autoras, inserindo o conceito de “mulheridades” (Nascimento, 2021, p.18) para enfatizar a pluralidade de experiências

⁷ Graduado em Licenciatura em História (2024) na Universidade Federal do Pará.

femininas racializadas. A escrita íntima, como o gênero textual do diário, revela temas como fome, trabalho, violência doméstica, luto e maternidade, funcionando como ferramenta de denúncia e sobrevivência.

As trajetórias analisadas estão localizadas em diferentes lugares, contextos históricos e políticos: Carolina Maria de Jesus como vítima da violência colonial e da exclusão urbana que atravessam os tempos; Isabel Allende em meio à repressão dos regimes militares; Lydda Franco Farias durante o processo de redemocratização e os impactos do neoliberalismo no Brasil. Neste último caso, recorre-se à noção de “*Pax Neoliberalia*”, para entender como o neoliberalismo impõe uma “guerra de baixa intensidade” (Falquet, 2022, p. 23) contra os corpos racializados, sobretudo de mulheres.

Assim, ao considerar essas vozes e suas estratégias narrativas, o trabalho busca evidenciar como a literatura opera como espaço político de resistência e ferramenta analítica para construir as narrativas a partir das margens.

2. Autoras e temporalidades

a) Carolina Maria de Jesus: colonialidade e sobrevivência

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), autora negra, favelada e ex-catadora de papel⁸, construiu uma das mais impactantes obras da literatura brasileira do século XX, revelando com força e sensibilidade as violências cotidianas impostas à mulher negra e pobre. Seus livros *Quarto de Despejo* (1960) e *Casa de Alvenaria* (1961), além de suas músicas e outros escritos inéditos, formam um conjunto memorialístico que denuncia a precariedade das condições de vida nas favelas, o racismo estrutural e a desigualdade de gênero e classe.

O uso do diário como gênero textual configura-se como estratégia de resistência e prática política. Em *Quarto de Despejo*, Carolina narra a rotina exaustiva de trabalho, a fome dos filhos e a ausência de dignidade como reflexos de uma política da morte, na qual o Estado administra a precariedade de populações consideradas descartáveis (Mbembe, 2018), herança da história colonial que desumanizou e excluiu corpos racializados do direito à cidadania. Como observa Mbembe (2018), a necropolítica opera

⁸ Vale citar a autora francesa Françoise Ega, a qual leu a obra de Carolina Maria de Jesus e, em *Cartas a uma Negra* (2021), estabelece um diálogo literário com sua escrita. Ambas compartilham o gênero memorialístico e a denúncia das opressões sofridas por mulheres negras, utilizando a escrita como espaço de resistência e elaboração política da dor (Siqueira, 2022).

sobre esses corpos, negando-lhes não apenas a vida material, mas o próprio pertencimento social. A escrita de Jesus rompe esse silenciamento, criando um espaço de escuta e de denúncia de suas “escrevivências” (Conceição, 2007, p. 20).

A interseccionalidade entre raça, classe e gênero aparece como eixo estruturante de sua exclusão e crítica. A experiência da favela, da maternidade solitária e da invisibilidade intelectual é atravessada por estruturas históricas que se sobrepõem de forma violenta, como define Carla Akotirene (2021, p.45) racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produzem “avenidas identitárias” em que as mulheres negras são continuamente atingidas.

Mesmo distante dos espaços formais de militância, Jesus constrói uma prática política por meio da linguagem. Seus registros expõem não só a carência material, mas também a violência psicológica e simbólica sofrida cotidianamente: a destruição de vínculos afetivos, a solidão forçada e o esgotamento físico e emocional. O trecho em que afirma: “*O pobre não repousa. Não tem o privilégio de gozar descanso [...] Mas os filhos pediram pão*” (Jesus, 2014, p. 60), sintetiza esse ciclo de sobrevida forçada.

b) Isabel Allende: ditadura e repressão do feminino

Na obra de Isabel Allende, *De amor e de sombra* (2003), a ditadura chilena (1973–1990) aparece não apenas como cenário político, mas se apresenta como uma presença opressiva que adocece o cotidiano da poeta. O sofrimento das personagens femininas na narrativa revela o modo como a dor psíquica, física e espiritual das mulheres é frequentemente ignorada ou patologizada, para não visibilizar as exclusões históricas dessas experiências na narrativa oficial.

Ao deslocar o foco da repressão institucional para suas reverberações íntimas, Allende evidencia como a violência do Estado se manifesta intrinsecamente nos corpos, nos silêncios e na rotina das mulheres. O episódio em que a jovem Evangelina é brutalizada por soldados ilustra esse processo: “Evangelina não teve tempo de resistir, o golpe a deixou inconsciente. O corpo dela ficou lá, desamparado, como um saco vazio” (Allende, 2003, p. 123). Essa cena simboliza a recusa do sistema em reconhecer o sofrimento feminino como legítimo, optando por silenciá-lo com violência.

A crítica à hegemonia de um modelo único de feminilidade é central na obra de Allende. Como observa María Femenías, citada por Bidaseca (2011, p. 126), a literatura latino-americana contemporânea protagonizada por mulheres tem desestabilizado os paradigmas tradicionais de gênero, oferecendo outras formas de ser e de resistir no “Sul”. Por isso, Allende se insere nesse movimento, resgatando as vozes silenciadas e

construindo identidades plurais que enfrentam as normatividades impostas pelo Estado, pela Igreja e pela família.

Em outra obra, a substituição do “inimigo político” pelo “inimigo feminista” é um dos pontos de inflexão, em *Mulheres da minha alma*, livro em que Allende (2021, p. 98-99) revisita sua trajetória e defende um feminismo radical, interseccional e insurgente: “*Na juventude eu brigava por igualdade [...], mas na maturidade compreendi que esse jogo é insano. [...] O feminismo é uma sublevação contra essa autoridade do homem, é uma maneira de ver o mundo*”. Nessa perspectiva, o feminismo não é apenas uma agenda política, mas um projeto civilizatório que se opõe à lógica destrutiva do patriarcado.

O Estado militarizado e patriarcal, segundo Allende, transforma as mulheres em ameaças à ordem, não apenas pela participação política, mas por existirem fora das normas impostas. O feminismo, nesse contexto, torna-se ferramenta de sobrevivência e subversão: “*Tal como o oceano, não se cala. [...] Meu feminismo é uma filosofia de vida. [...] Uma luta que inclui todas as pessoas oprimidas pelo sistema, mulheres, pobres, LGBTQ+, racializados*” (Allende, 2021, p. 100). Ao articular diferentes formas de opressão, a escritora chilena reposiciona o feminismo como força coletiva e transgressora.

c) Lydda Franco Farías: redemocratização e a ilusão da liberdade

A obra poética da venezuelana Lydda Franco Farias (1943-2004), que transita entre prosa, verso e espiritualidade mística, articula-se com o contexto da redemocratização latino-americana; e expõe as continuidades de uma opressão estrutural que, mesmo após o fim das ditaduras militares, reinscreve-se em novas roupagens: liberdade formal, avanço neoliberal e promessas de progresso. Assim como no Brasil, onde a transição democrática não significou o fim da violência de Estado nem da exclusão social, sua poesia denuncia que o corpo da mulher, sobretudo o da mulher negra, periférica e trabalhadora, permanece como território de vigilância, exploração e resistência, ainda que em um regime democrático.

A chamada “inserção feminina” no mundo público não significou, necessariamente, libertação. Ao contrário, como aponta Margareth Rago (2014, p. 88-89), “*quanto mais ela escapa da esfera privada [...] tanto mais a sociedade burguesa lança sobre os seus ombros o anátema do pecado, o sentimento de culpa*”. Essa contradição é central na produção de Lydda, que denuncia o discurso moralista e o

controle simbólico que se abatem sobre as mulheres que ousam ocupar as ruas, os templos, os livros e a política.

Nesse contexto, a espiritualidade aparece não como alienação, mas como campo de resistência. As formas místicas de contestação presentes nos versos de Farías revelam a religiosidade popular como espaço de subversão da lógica patriarcal, branca e capitalista. Para muitas mulheres racializadas, a fé é instrumento de sobrevivência e rebeldia, um lugar de reconstrução de si em meio à desumanização cotidiana. Como analisa Jules Falquet (2022, p. 33), o neoliberalismo não elimina a violência estatal, apenas a dispersa em “novas formas de dominação descentralizadas”, que continuam a operar sobre os corpos racializados e femininos. A poética de Farías, portanto, confronta essas novas engrenagens de poder, ressignificando o sagrado como trincheira.

A poesia de Lydda se insere, assim, no que Jules Falquet (2022), Silvia Federici (2004) e Beatriz Nascimento (2006) pensaram sobre o trabalho invisível e o corpo racializado como alvos centrais das tecnologias de controle social. A poeta desmonta a lógica que valoriza apenas o trabalho produtivo ao gritar, com seus versos, a dignidade do labor cotidiano e invisibilizado: cozinhar, lavar, cuidar, orar, escrever. Em *Poemas Circunstanciales* (1965), texto que abre a obra *Obras* (2022, p. 118), o eu poético afirma:

*La mujer que soy, canta.
Mi génesis: la escoria, la ceniza, los agrarios sudores.
Mi elemento: la palabra, piedra de camino para ser
lanzada,
vínculo secreto que madura sus claros volúmenes,
cópula exacta para que el amor germine
Hablo de la mujer que soy e intuyo
que mi presencia trazará la llegada de minutos fluviales.
Creo en el privilegio de la sangre nueva,
en la voz que no se escurre,
en la dialéctica orgánica de mi estructura viva.
Creo en la síntesis del hueso,
en el axioma de mi futura desintegración
(Farías, 2022, p. 7)⁹*

⁹ “Eu, mulher que sou, canto / Meu gênese: a escória, a cinza, os suores agrários / Meu elemento: a palavra, pedra de caminho a ser lançada / vínculo secreto que amadurece seus claros volumes / cópula exata para que o amor germine / Falo da mulher que sou e intuo / que minha presença atravessará a chegada de minutos fluviais / Creio no privilégio do sangue novo, na voz que não escorre, na dialética orgânica de minha estrutura viva / Creio na síntese do osso / no axioma de minha futura desintegração” (tradução nossa).

É nessa confluência entre palavra e gênese, entre escória e canto, que a escrita de Lydda Farias se ergue: um corpo que se recompõe na própria linguagem, transformando a dor e o cansaço em matéria de criação. Sua poesia faz da palavra uma força germinante, capaz de insurgir contra o silenciamento histórico imposto às mulheres racializadas e empobrecidas. Em tempos de redemocratização frágil e liberdade simulada, sua voz reafirma que, nas margens, resistir é verbo que se conjuga com sangue e palavra, e que cantar continua sendo o gesto mais radical de existência.

3. Considerações Finais

A análise das autoras permitiu compreender como a literatura é mobilizada como uma prática política cotidiana e uma ferramenta de resistência. A produção que parte de distintos gêneros é profundamente enraizada em experiências vividas, colocam em xeque a narrativa oficial da história e o discurso hegemônico do progresso. A partir de personagens femininas, corpos racializados e vozes marginalizadas, tais escritoras constroem outras memórias, insurgentes e afetivas, as quais confrontam as violências do patriarcado, do colonialismo e do neoliberalismo.

Ao reconstituírem o passado recente sob uma perspectiva racializada, feminina e centralizada no sul global, tais escritoras revelam a persistência da necropolítica e da lógica de morte que atua sobre corpos de mulheres, especialmente os corpos negros e periféricos. A redemocratização, longe de significar “libertação plena”, expõe a permanência de estruturas patriarcais e capitalistas que naturalizam a exploração do trabalho doméstico, o silenciamento das vozes dissidentes e o controle moral das subjetividades femininas. Os conceitos de resistência, espiritualidade, cuidado e escrita como luta atravessam essas narrativas, como recusa a romantização da liberdade quando ela não é efetivamente acessível

Referências Bibliográficas

ALLENDE, Isabel. *De amor e de sombra*. Tradução de Carlos Martins Pereira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ALLENDE, Isabel. *Mulheres da minha alma*. Tradução de Geni Hirata. São Paulo: Bertrand Brasil, 2021.

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento; Rio de Janeiro: Justificando, 2021.

- BIDASECA, Karina.** *Feminismos descoloniais: itinerários, pensamentos e urgências latino-americanas.* In: BERNARDO, Ana Paula Vosne; FERREIRA, Luciana (orgs.). **Cartografias do feminino: epistemologias, políticas e narrativas.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 183–205.
- CHARTIER, Roger. Os poderes da impressão. In: CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor.** São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 103-127.
- EGA, Françoise.** *Cartas a uma negra.* Tradução de Vinicius Carneiro e Mathilde Moaty. São Paulo: Todavia, 2021.
- EVARISTO, Conceição. **Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita.** In: DUARTE, Constância Lima; FONSECA, Maria Nazareth Soares (orgs.). **Escritos de mulheres negras: literatura, gênero, diáspora.** Belo Horizonte: Nandyala, 2007. p. 16–21.
- FARIAS, Lydda Franco.** *Obras.* Organização de Oswaldo Martins. Belém: Paka-Tatu, 2022.
- FARIAS, Lydda Franco.** Feminismo místico contestatório. In: DIAS, Edlaine; SILVA, Suane Felipe (org.). **Feminismos plurais nas Américas.** São Paulo: Hucitec, 2021. p. 187–203.
- FALQUET, Jules.** *Pelos bons tratos às mulheres: neoliberalismo e neocolonialismo no feminino.* In: **Pelos bons tratos às mulheres.** Tradução de Tatiana Roque. São Paulo: Edições Sesc, 2016. p. 35–57.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Elefante, 2004.
- FEDERICI, Silvia. **Pax Neoliberalia: mulheres e reorganização global da violência.** São Paulo: Sobinfluencia, 2022.
- JESUS, Carolina Maria de.** *Quarto de despejo: diário de uma favelada.* Apresentação de Audálio Dantas. 3. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- JESUS, Carolina Maria de.** *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada.* Vol. 1. Apresentação de Rachel Jardim. São Paulo: Ática, 2014.
- MBEMBE, Achille.** *Necropolítica.* Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- PESAVENTO, Sandra Jatáhy.** *História & Literatura: narrativas e representações.* Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 11–30, 2006.
- RAGO, Margareth.** *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil, 1890–1930.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- SIQUEIRA, Samanta Vitória. **Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus, e Cartas a uma Negra, de Françoise Ega: Uma Literatura Amefricana.** 2022. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2022.

**O MOVIMENTO FEMININO COMO ELEMENTO UNIFICADOR DA LUTA
POR ANISTIA**

Arielle Gonçalves Vieira¹⁰

Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: ariellegv@gmail.com

Victor Pinheiro de Menezes¹¹

Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: victorpinheiromenezes@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa a anistia política no Brasil durante a ditadura civil-militar (1964–1985), com foco na atuação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). O movimento articulou grupos sociais dispersos, ampliando a mobilização pela redemocratização. Apesar das limitações da Lei de Anistia, o MFPA foi crucial para sua consolidação como pilar da justiça de transição.

Palavras-chave: Anistia política; Movimento Feminino Pela Anistia; redemocratização.

Abstract

This article analyzes political amnesty in Brazil during the military dictatorship (1964–1985), focusing on the role of the Movimento Feminino Pela Anistia. The movement articulated dispersed social groups, enhancing mobilization efforts toward redemocratization. Despite the limitations of the Amnesty Law, the MFPA was pivotal in establishing it as a cornerstone of transitional justice in Brazil.

Keywords: Political amnesty; Movimento Feminino Pela Anistia; Redemocratization.

Introdução

¹⁰ Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Goiás- UFG. Mestre em Teoria e Análise do Direito pela *Université Paris 10 – Nanterre* (França). Doutoranda em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB.

¹¹ Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília-CEUB. Mestrando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília – UNB.

Trabalhar com a ideia de anistia exige, antes de tudo, fazer a necessária distinção entre o instituto da anistia penal e política. A primeira está vinculada a políticas de gestão penitenciária e tem como finalidade, por exemplo, a redução da população carcerária. Nesses casos, determinados delitos podem ser anistiados, o que implica no esquecimento ou na extinção das penas impostas (De Stutz e Almeida, 2025). Em outro plano, encontra-se a anistia política, comumente aplicada em contextos de conflitos internos, como guerras civis ou insurreições, nos quais se busca restaurar um mínimo de estabilidade. Nesses cenários, a anistia é concebida como um instrumento de pacificação e é associada ao que as/os autoras/es convencionaram chamar de "reconciliação nacional" (apud Mezarobba, 2003, p.149). Esse segundo tipo de anistia foi amplamente utilizado na história mundial; e o Brasil não constitui uma exceção.

Neste artigo, o foco recai especificamente sobre a anistia de natureza política no contexto da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985), com ênfase na atuação do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Busca-se analisar como esse movimento conseguiu romper com a estagnação imposta à pauta da anistia pela repressão estatal, tornando-se um elemento central e unificador na mobilização social em torno dessa causa.

Uma luta dispersa unificada pelo Movimento Feminino Pela Anistia

O apagamento da participação feminina na história já havia sido denunciado por Simone de Beauvoir há décadas¹². A máxima de que a história é contada pelos vencedores se apresenta, nesse contexto, por meio da hegemonia das narrativas daqueles que historicamente controlaram a sua produção e a circulação: os homens. No entanto, essa perspectiva linear e excludente tem sido progressivamente contestada, tanto no campo das relações sociais quanto na produção acadêmica. Com o objetivo de contribuir para essa revisão epistemológica, este estudo propõe destacar o protagonismo das mulheres na luta pela redemocratização do Brasil, enfatizando sua capacidade de articular e mobilizar movimentos sociais e grupos dispersos ao longo dos anos de vigência do estado de exceção.

¹² No capítulo "História" da segunda parte da obra *Les Faits et les Mythes* (O segundo Sexo I, Os Fatos e os Mitos), Beauvoir traça um percurso histórico por meio do qual a mulher é progressivamente excluída dos papéis políticos, econômicos e simbólicos e empurrada para uma condição secundária ou dependente, retirando-lhe autonomia e voz.

Longe de ter sido um movimento acachapante, a luta por anistia durante a ditadura foi construída de forma gradual e fragmentada. Glenda Mezarobba (2003) observa que uma das primeiras manifestações públicas em defesa da anistia partiu do escritor Alceu de Amoroso Lima (1893-1983), conhecido pelo pseudônimo Tristão de Ataíde, que expressou tal reivindicação ainda em 1964. Desde a manifestação de Lima, a demanda pela anistia passou a ser incorporada por importantes figuras de oposição reunidas na chamada “frente ampla”, a exemplo de Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart — os quais assumiram publicamente essa pauta num manifesto publicado em 1967. No mesmo ano, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) aprovou a defesa da anistia em congresso realizado clandestinamente. Anos mais tarde, em 1972, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), à época o único partido legal de oposição, incorporou formalmente a reivindicação em seu programa político.

É importante observar que, durante boa parte do regime de exceção, a pauta da anistia não encontrava articulação direta com outras frentes de oposição à ditadura, como os movimentos de trabalhadores e estudantes, que adotavam estratégias distintas de resistência¹³. Esse cenário, no entanto, começou a se alterar na segunda metade da década de 1970, com o início do processo de abertura política conduzido pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979) e continuado por João Figueiredo (1979-1985), ambos orientados pela estratégia política formulada por Golbery do Couto e Silva, que desempenhou importante papel de ideólogo do regime, além de assumir cargos oficiais na burocracia autoritária. Nesse contexto, o Estado brasileiro iniciou uma transição caracterizada pela chamada distensão “lenta, gradual e segura” (Resende, 2015, p. 42), a qual abriu brechas institucionais para a reorganização das demandas democráticas, entre as quais se consolidaria, progressivamente, a reivindicação por anistia.

Assim, em 1975, foi fundado em São Paulo o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA), sob a liderança de Therezinha Zerbini (1928-2015), esposa do general Euryale de Jesus Zerbini (1908-1982), cassado pelo regime militar. A princípio composto por oito mulheres, o grupo teve como primeira ação a redação de um manifesto no qual reivindicava anistia ampla e geral para os atingidos pelos atos de exceção, destacando, desde o início, sua condição enquanto mulheres brasileiras inseridas em um contexto

¹³ Enquanto o movimento de trabalhadores utilizava de estratégias como greves e paralisações, oposição sindical, organização em comissões de fábrica, produção e circulação de jornais alternativos; o movimento estudantil organizava passeatas e protestos de rua, boicotes e ocupações universitárias, centros acadêmicos clandestinos, organização na UNE e DCE (ainda que ilegais a partir de 1968), apoio a organizações clandestinas de luta armada, assim como práticas culturais, arte e música.

de repressão política. Com o intuito de evitar uma repressão imediata, o movimento foi formalmente registrado em cartório como uma sociedade civil, optando por não se vincular a partidos políticos ou entidades religiosas (De Vargas, 2008). Entre suas principais atividades, destacavam-se a visita a presos políticos, a arrecadação de recursos para familiares de perseguidos e o papel de mediação entre o interior das prisões e o mundo exterior.

Cabe ressaltar que o ano de 1975 foi declarado pela Organização das Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher, o que contribuiu para a legitimação do protagonismo feminino naquele momento histórico. Esse reconhecimento global ofereceu ao movimento um espaço simbólico que dificultava ações repressivas mais diretas, de forma que o regime hesitava em adotar medidas truculentas contra àquelas que eram vistas como "donas de casa". É nesse tom que Therezinha Zerbini relembra o período (Gonçalves, 2009, p. 275).

Ainda no plano internacional, é digno de registro que as décadas de 1960 a 1980 representaram um marco significativo para o feminismo, graças à inserção de pautas de gênero no centro das disputas por liberdade e igualdade. Apesar desse contexto de afirmação feminista, Zerbini enfatizava que o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) tinha como objetivo central a luta pela anistia política, isto é, não se constituía numa plataforma político-partidária, tampouco em um movimento feminista¹⁴ (Pedro, 2006); tratava-se de um movimento de cidadania. Para além dessa autodefinição, o MFPA obteve rápida capilarização e adesão nacional. A atuação e mediação de Zerbini foi fundamental em tal processo, como também para a criação de núcleos do movimento em diversos estados da federação. Em pouco tempo, o MFPA estabeleceu representantes em praticamente todo o território nacional, com exceção do estado do Amazonas e dos territórios federais (Duarte, 2019).

Conforme analisa Maria Cecília Conte Carboni (2008), o MFPA foi a expressão de um novo tipo de engajamento feminino, no qual o sofrimento das mães, esposas e filhas dos presos e exilados políticos transbordou o espaço doméstico e projetou-se como ação pública legítima. A identidade maternal e familiar, longe de restringir a ação das mulheres, foi estrategicamente mobilizada para proteger o movimento da repressão e sensibilizar a opinião pública, abrindo caminhos para alianças com outros segmentos sociais. Nesse sentido, o MFPA não apenas articulou núcleos e discursos dispersos,

¹⁴ Embora tivesse entre suas integrantes algumas mulheres que se identificavam com o feminismo, como Maria Amélia de Almeida Teles, Therezinha Zerbini afirmava, enfaticamente, não ser feminista.

como reconfigurou o sentido político da anistia: de demanda setorial de partidos clandestinos, tornou-se clamor coletivo com lastro afetivo e popular. A força mobilizadora do movimento deve ser compreendida, portanto, como fruto da capacidade de traduzir o trauma da ditadura em uma gramática sensível à escuta pública.

Assim, a partir da mobilização liderada pelo MFPA, a luta pela anistia passou a ganhar maior visibilidade e adesão social, de modo a conquistar também os espaços públicos. Em 1977, manifestações estudantis passaram a incorporar explicitamente, ao lado da denúncia das prisões arbitrárias e das torturas praticadas pelo regime, a reivindicação por anistia política. Esse movimento teve efeito multiplicador, culminando na criação, em 1978, dos Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), os quais passaram a articular diversos segmentos sociais até então desgarrados dessa luta. Entre eles, destacam-se setores progressistas da Igreja Católica¹⁵ e movimentos organizados de trabalhadores, estes que anteriormente compreendiam suas pautas como expressões das lutas da maioria e passaram a reconhecer a anistia não mais como uma demanda setorial ou minoritária, mas como parte integrante da luta democrática (Gonçalves, 2009).

Desse modo, a luta até então protagonizada por mulheres expandiu e tornou-se uma causa social de ampla abrangência. Nas ruas, consolidaram-se as palavras de ordem que marcaram o período: "anistia ampla, geral e irrestrita", conforme formulado na Carta de Salvador de 1978¹⁶. Esse slogan representava uma clara oposição à proposta de distensão promovida pelo regime. Em termos conceituais, significava: (i) *ampla*, no sentido de incluir todos os atos de resistência ao regime; (ii) *geral*, para abarcar todos os atingidos pelas medidas de exceção; e (iii) *irrestrita*, para evitar quaisquer formas de discriminação ou limitações à concessão da anistia (Mezarobba, 2003).

O ápice da mobilização social ocorreu no ano de 1979, quando a anistia foi finalmente submetida ao processo legislativo. O debate parlamentar refletiu o embate entre duas propostas distintas. A primeira, apresentada pelo Movimento Democrático

¹⁵ Liderados, principalmente, por figuras eminentes como Dom Hélder Câmara, arcebispo emérito de Olinda e Recife; e, sobretudo, Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal e arcebispo de São Paulo.

¹⁶ A Carta de Salvador foi um documento aprovado em setembro de 1978 durante o I Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, realizado em Salvador (Bahia). Ela consolidou uma pauta unificada entre os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA) e movimentos diversos, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) que lutavam contra a ditadura, definindo reivindicações essenciais e princípios básicos para a campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita e pela redemocratização do Brasil.

Brasileiro — partido mais alinhado às demandas populares — foi levada à votação em 22 de agosto de 1979. Embora tenha obtido significativa adesão, com 194 votos favoráveis, acabou rejeitada por 209 votos contrários. Na sequência, foi aprovado o projeto de lei apresentado pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, cuja formulação refletia os limites impostos pela estratégia de distensão controlada do regime militar, por uma estreita margem — 206 votos a favor e 201 contra — resultando na promulgação da Lei de Anistia, a Lei nº 6.683, em 28 de agosto de 1979 (Gonçalves, 2009).

Considerações finais

A anistia concedida em 1979 não atendeu plenamente à reivindicação popular, ainda assim representou um marco significativo na transição política, contribuindo para o avanço do processo de redemocratização. A promulgação da Lei nº 6.683/1979 não encerrou o regime autoritário: a transição para um governo civil somente se concretizaria mais de cinco anos depois, com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985 e a posse de José Sarney, após sua morte. A efetivação dos efeitos jurídicos e simbólicos da anistia demandaria ainda um longo percurso institucional. Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 a anistia foi incorporada no ordenamento constitucional. O artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconheceu a anistia como o eixo condutor da justiça de transição brasileira. Esse dispositivo foi regulamentado e operacionalizado por legislações específicas mais tarde, com ênfase na Lei nº 9.140/1995¹⁷; e, de forma ainda mais abrangente, na Lei nº 10.559/2002¹⁸, ambas aprovadas nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso¹⁹.

Ainda que não se possa afirmar que o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA) tenha sido o primeiro a reivindicar a anistia, é possível reconhecer que a mobilização dessas mulheres, em um contexto marcado pela repressão, foi fundamental para a unificação de diversos grupos sociais que, até então, permaneciam dispersos. Estudantes, trabalhadores, segmentos religiosos e, de forma mais ampla, a sociedade

¹⁷ Lei responsável por instituir a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

¹⁸ Lei que criou a Comissão de Anistia.

¹⁹ Fernando Henrique Cardoso exerceu o mandato presidencial de 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

civil foi articulada a partir do movimento liderado por Therezinha Zerbini, o que contribuiu, decisivamente, para a aceleração do processo de redemocratização.

Referências Bibliográficas

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 5. ed. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

CARBONI, Maria Cecília Conte. *Maria Quitéria: o Movimento Feminino pela Anistia e sua imprensa (1975–1979)*. 2008. 123 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/13070>. Acesso em 15 jun. 2025.

DE STUTZ E ALMEIDA, Eneá. A anistia política na Constituição de 1988. In: ARAUJO, Marcelo Labanca Corrêa de; et al. *Anistia a atos antidemocráticos no Brasil: limites jurídicos e proteção do Estado de Direito*. Recife: Editora Publius, 2025.

DE VARGAS, Mariluci Cardoso. *O Movimento Feminino pela Anistia como partida para a redemocratização brasileira*. IX Encontro Estadual de História. Associação Nacional de História. Seção Rio Grande do Sul - ANPUH-RS, 2008.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. *O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com Therezinha Zerbini*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 1, 2019.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. Os múltiplos sentidos da anistia. In: *Revista Anistia Política e Justiça de Transição / Ministério da Justiça*. – N. 1 (jan. / jun. 2009). Brasília: Ministério da Justiça, 2009.

MEZAROBBA, Glenda Lorena. *Um acerto de contas com o futuro, a anistia e suas conseqüências: um estudo do caso brasileiro*. 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06112006-162534/> . Acesso em: 20 jun. 2025.

PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. Revista Brasileira de História. vol. 26. n°52. São Paulo: dez. 2006.

RESENDE, Pâmela de Almeida. *Da abertura lenta, gradual e segura à anistia ampla, geral e irrestrita: a lógica do dissenso na transição para a democracia*. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 2, n. 2, p. 36-46, 29 abr. 2015.

**ESQUECIDOS PELO HOMEM, CONFIANTES EM DEUS:
religiosas católicas e sua presença junto às vítimas da Grande Seca
nordestina (1979-1983)**

Ana Carolina Rodrigues dos Santos Souza²⁰

Universidade Federal da Bahia

E-mail: anarodrigues97@gmail.com

Karine Carvalho da Cruz²¹

Universidade Federal da Bahia

E-mail: contato.karine01@gmail.com

Resumo:

Este artigo analisa a atuação de religiosas católicas no Nordeste brasileiro durante a Grande Seca de 1979 a 1983, em meio à Ditadura Civil-Militar. A pesquisa destaca como tais mulheres enfrentaram a calamidade e a omissão estatal, desenvolvendo práticas de cuidado, solidariedade e resistência silenciosa junto às populações atingidas, frequentemente esquecidas pelas narrativas oficiais e religiosas.

Palavras-chaves: Religiosas católicas; Ditadura; Grande Seca.

Abstract:

This article examines the role of Catholic nuns in Northeast Brazil during the Great Drought of 1979 to 1983, amid the Brazilian Civil-Military Dictatorship. It highlights how these women confronted the crisis and state neglect by developing practices of care, solidarity, and silent resistance among affected populations, often erased from official and religious narratives.

Keywords: Catholic nuns; Dictatorship; Great Drought.

Introdução

Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob um regime autoritário instaurado por um golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart. O golpe foi resultado de uma conjuntura política tensa, marcada por disputas em torno da democracia e das Reformas

²⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista Capes (2024/2025).

²¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA). Bolsista Capes (2024/2025).

de Base, defendidas por Goulart sob pressão de setores progressistas e sindicais (Ferreira; Gomes, 2014).

Um dos marcos dessa tentativa de abertura do diálogo com os movimentos sociais foi a proposta de reforma agrária apresentada pelo PTB em abril de 1963, que previa a desapropriação de terras improdutivas com indenização em títulos da dívida pública. Rejeitada pela maioria conservadora no Congresso, a iniciativa evidenciou os limites institucionais para a implementação das Reformas de Base. Como aponta Angelina Figueiredo (1997), a crise que levou ao golpe se agravou pela incapacidade das elites de viabilizar as reformas dentro da ordem democrática, favorecendo a intervenção autoritária.

Durante o regime militar, foram decretados 17 Atos Institucionais, os quais sustentaram a repressão política, resultando em perseguições, cassações, prisões, torturas, além de mortes e desaparecimentos forçados (Napolitano, 2014). Entre as vítimas da repressão também estavam os nordestinos atingidos pela seca entre 1979 e 1983. A fome, a doença e a morte os atingiram de forma brutal, em um processo historicamente silenciado e naturalizado, tratado como “desgraça natural”, o que encobre a responsabilidade do Estado diante do abandono (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

O Nordeste brasileiro foi historicamente inserido de forma subordinada na divisão internacional. A partir do governo Vargas, houve mudanças no poder local, mas as dificuldades econômicas da região persistiram. Nesse contexto, emergem movimentos como as Ligas Camponesas e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (CPT; CEPAC; IBASE, 1988). A criação da Sudene em 1959, liderada por Celso Furtado no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), inaugurou uma fase de desenvolvimento planejado para o Nordeste. Porém, em 1964, esse processo foi interrompido, instaurando um modelo conservador de modernização. À vista disso, pequenos produtores e sem-terra foram afetados pela seca, que intensificou a expropriação histórica dessas populações (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

Este artigo analisa a atuação de religiosas católicas no sertão nordestino durante a seca, destacando como mobilizaram práticas de cuidado, solidariedade e organização popular. Com atuação em escolas, centros comunitários e abrigos improvisados, promoveram ações que iam além da assistência emergencial, articulando dignidade,

justiça social e esperança. Influenciadas pela Teologia da Libertação, tais práticas configuram formas de ação política fundamentadas na fé.

Inspiradas por uma leitura social do Evangelho e pela opção preferencial pelos pobres, muitas religiosas se aproximaram de movimentos da Igreja progressista, como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), vinculados às diretrizes do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (1968). Essas frentes propunham uma ação cristã voltada à transformação social e à denúncia das injustiças, o que frequentemente gerava conflitos com autoridades civis e eclesiásticas conservadoras (Boff, 1982). Ao refletir sobre o engajamento, este trabalho busca resgatar as memórias femininas soterradas pelas hierarquias e pelos arquivos oficiais, a fim de lançar luz sobre as formas com que fé, gênero e ação social se entrelaçaram no enfrentamento da Grande Seca em tempos de autoritarismo.

O Nordeste na Seca de 1979–1983: a naturalização da morte no sertão Nordestino

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisa como se construiu a percepção estereotipada do Nordeste, marcada por uma caracterização simplista e generalizante da região e de seu povo. Essa visão reduzida se manifesta na constante culpabilização da seca como a principal causa da pobreza nordestina²² — recurso frequentemente utilizado como álibi para ocultar as reais raízes estruturais da desigualdade. A associação direta entre falta d'água e miséria reforça uma leitura fatalista do problema, atribuída à natureza, desconsiderando que o avanço tecnológico poderia, em muitos casos, mitigar significativamente seus efeitos (Albuquerque Júnior, 2011).

Paulo César Lisboa Cerqueira (1988) propõe uma desmistificação da relação da seca com a falta da água, ancorado em dados que demonstram outra problemática: a questão não é a falta d'água, mas as soluções que não são encaminhadas para resolver a má distribuição e as dificuldades do seu aproveitamento²³. Isso revela que não há

²² O Nordeste é dividido em Zona da Mata, Agreste, Sertão — este corresponde a 49% da região e o Meio Norte; todas essas divisões têm em comum a pobreza crônica da maioria de sua população (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

²³ 90% do Nordeste tem precipitação pluviométrica de mais de 500 ml por ano, as chuvas que incidem na região correspondem a 700 bilhões m³/ano. Além disso, há uma rede de água superficial, como riachos vírgulas e rios, bem como 800 mil hectares de terras propícias para irrigação, das quais apenas 3% eram aproveitados no período da grande seca (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

tanto interesse em mudar a situação do Nordeste; as ações estatais voltadas às soluções de engenharia hidráulica, em vez de resolver, tem fortalecido o modelo latifundiário da região, de modo a reafirmar a superioridade do latifúndio ao longo do tempo.

A política em relação à seca alimenta o que ficou conhecido por “indústria da seca”, isto é, parte de uma política que garante e preserva os marcos da dominação já existente. Quando a seca se estabelece “rapidamente se arma mais uma vez o circo para a encenação do trágico drama da seca” (Cerqueira, 1988, p. 64), os políticos locais notam na estiagem um momento oportuno para acionar tal indústria, enquanto as elites nordestinas utilizavam a calamidade como estratégia para barganhar recursos junto ao governo federal.

A Grande Seca de 1979 a 1983 afetou mais de 86% do território nordestino, evidenciando a necessidade de mudanças na política agrária. Entre 1978 e 1984, período de crise do regime civil-militar, houve um aumento nos conflitos, com assassinatos de trabalhadores e ações de resistência, como saques, ocupações e invasões, embora estas últimas tenham tido pouco efeito (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

Tempos de Seca, Fé e Luta: a presença das religiosas na Seca do Nordeste

A ausência de políticas direcionadas aos pobres e a manutenção de um modelo concentrador evidenciam um abandono deliberado que exigiu respostas além do Estado (Campos, 2004). Nesse cenário, a atuação de religiosas católicas influenciadas pela Teologia da Libertação configurou uma resposta ética e política à omissão governamental. Com a atuação em escolas, comunidades e abrigos, essas mulheres promoveram cuidado, solidariedade e organização popular (Gebara, 1992).

Entre os relatos coletados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Centro Piauiense de Ação Cultural (CEPAC) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), destaca-se o da Irmã Cleide Fontes, agente pastoral da Diocese de Crato (CE), a qual descreve a grave crise humanitária vivida pelos sertanejos. Ela narra ter batizado crianças à beira da morte, alimentadas apenas com “água e açúcar ou água e sal” (CPT; CEPAC; IBASE, 1988, P. 17), além de relatar casos de famílias devastadas pela fome, a exemplo de uma em que apenas três dos onze membros sobreviveram. Em meio à escassez, muitos recorriam à ingestão de “calangos assados” como forma de sobrevivência (CPT; CEPAC; IBASE, 1988, P. 17).

Irmã Cleide descreve cenas de sofrimento, como o de mães sem leite para alimentar os filhos, as quais a ofereciam o próprio sangue ou permitiam que fossem amamentados por outras mulheres. Além da fome, relata a recorrência de doenças como a cegueira noturna e mortes por desnutrição, incluindo casos de mães encontradas mortas com os filhos ainda ao seio (CPT; CEPAC; IBASE, 1988). A indignação da religiosa volta-se à elite local e ao poder público, que, segundo ela, além de não sofrerem os efeitos da seca, lucraram com a valorização de suas terras e a exploração dos flagelados (CPT; CEPAC; IBASE, 1988). E ressalta ações como saques e ocupações, vistas como formas legítimas de resistência frente à omissão do Estado (CPT; CEPAC; IBASE, 1988).

Em contextos de escassez severa, a religiosidade popular servia não apenas como consolo espiritual, mas também como mecanismo de resiliência comunitária. A recorrência de novenas, procissões e rezas — a chamada “mística da seca”²⁴ — tornou-se uma forma coletiva de enfrentamento à adversidade, reforçando laços sociais e alimentando esperanças diante do abandono estatal. Essas práticas religiosas, longe de se limitarem ao campo simbólico, mobilizavam redes de solidariedade lideradas, sobretudo, por mulheres com forte influência nas comunidades, como as religiosas e leigas atuantes no sertão (Letras Ambientais, 2018). Esses rituais, organizados nos espaços das capelas ou nos lares, expressavam a fé coletiva e impulsionavam ações práticas de socorro e organização popular.

A relação entre espiritualidade e ação concreta manifestou-se em iniciativas lideradas por mulheres sertanejas, como a distribuição de alimentos e o controle do uso da água dos poucos poços disponíveis, muitas vezes organizadas em capelas adaptadas como centros comunitários (Letras Ambientais, 2022). Algumas acolhiam viúvas, crianças e idosos em suas próprias casas, assumindo uma liderança silenciosa, porém essencial. Mesmo fora das estruturas formais da Igreja, exerceram protagonismo no enfrentamento da calamidade, sustentadas por uma fé enraizada na cultura local (Mendes, 2023).

²⁴ A expressão “mística da seca” refere-se às práticas religiosas coletivas — como novenas e procissões — que, durante os períodos de estiagem, fortalecem a solidariedade e a resistência das comunidades sertanejas frente ao sofrimento e à omissão estatal (CPT; CEPAC; IBASE, 1988; Letras Ambientais, 2018).

Considerações finais

O silenciamento em torno da negligência estatal durante a Grande Seca no Nordeste brasileiro integra um processo mais amplo de negação histórica. Pouco se discute, ainda hoje, sobre os desdobramentos específicos do golpe de 1964 e da Ditadura civil-militar na região, pois existe uma predominância do olhar voltado ao eixo Centro-Sul. Isso invisibiliza tanto as formas de resistência quanto às mortes ocorridas por ação direta ou omissão do Estado. Nesse contexto, o questionamento de Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho, ecoa do passado: “E vocês, o que faziam? E agora, o que estão fazendo?” (CPT; CEPAC; IBASE, 1988, p. 115).

O livro *O genocídio do Nordeste (1979-1983)* utilizado como fonte para este trabalho propõe fazer uma denúncia política do crime de genocídio. O negacionismo histórico não é algo à parte do genocídio ou outra forma de violação de direitos que se queira negar, ele é sua última etapa, uma vez que irá perpetuá-lo indefinidamente. Interessa às forças ligadas direta ou indiretamente aos genocídios negar a sua participação, seja pelo silêncio que intenciona o esquecimento ou com a produção de acusações, como a de que os relatos de sobreviventes de testemunhas seriam falsos.

Embora o depoimento de Irmã Cleide Fontes não detalhe diretamente a atuação de freiras durante a Grande Seca, ele revela indícios do papel fundamental dessas religiosas no enfrentamento da crise. Seus relatos apontam para a presença ativa da Igreja Católica — por meio da CPT, das CEBs e de congregações — na assistência espiritual e material às populações atingidas. O fato de seu testemunho integrar uma publicação da CPT, CEPAC e IBASE reforça que sua atuação fazia parte de uma rede eclesial comprometida com a resistência e a transformação social, com o fim de inferir o protagonismo silencioso de muitas freiras no alívio do sofrimento sertanejo. Essas mulheres, movidas pela fé e por um compromisso ético com os pobres, assumiram tarefas de cuidado, denúncia e mobilização comunitária. Ainda que invisibilizadas pelas narrativas oficiais, estiveram presentes em ações fundamentais de solidariedade e organização popular.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval MUNIZ. **A invenção do Nordeste** e outras artes. São Paulo: Cortez, 5ª ed., 2011.

BOFF, Leonardo. **Igreja, carisma e poder**: Ensaio de Eclesiologia Militante. Petrópolis: Vozes, 3ª ed., 1982, 249p.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983**: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). São Carlos: Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais — Universidade Federal de São Carlos (Mestrado), 2004, 174p.

CERQUEIRA, Paulo Cesar Lisboa. Seca no Contexto Social do Nordeste. *In*: CPT; CEPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: CPT, 1988, p. 33-76.

CPT; CEPAC; IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: CPT, 1988. 147 p.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia & Reformas**: a conciliação frustrada. *In*: TOLEDO, Caio Navarro de (org.). **Visões Críticas do Golpe**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.p. 47-53.

GEBARA, Ivone. **Vida Religiosa**: da Teologia Patriarcal à Teologia Feminista. Edições Paulinas, 1992, 195p.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 436p

Letras Ambientais. **Mulheres da seca: uma nova economia na Caatinga?** Letras Ambientais, 2018. Disponível em: <https://www.letrasambientais.org.br/posts/mulheres-da-seca-uma-nova-economia-na-caatinga-#:~:text=Tecnologias%20sociais%20beneficiam%20mulheres%20do%20Semi%20%C3%A1rido&text=O%20foco%20%C3%A9%20promover%20o,plantas%20medicinais%20nos%20quintais%20produtivos>. Acesso em: 20 de jun 2025.

MENDES, Sávio. **A conquista da palavra como forma de resistência na Diocese de Crateús**. Limoeiro do Norte: Centúrias - Revista Eletrônica de História, v.1, n.3, jun./dez. 2023, p. 182-198.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

DINALVA CONCEIÇÃO TEIXEIRA:

**resistência e memória camponesa na ditadura militar brasileira (1964-
1985)²⁵**

Gabriela Santos de Sousa²⁶

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: gabriela.santos.sousa@aluno.uepb.edu.br

Millena Germano da Silva Chagas²⁷

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

E-mail: millena.chagas@aluno.uepb.edu.br

Resumo

Dinalva Oliveira Teixeira, guerrilheira do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), integrou a Guerrilha do Araguaia, movimento de resistência armada contra a ditadura militar brasileira (1964-1985). A militante destacou-se por sua disciplina e comprometimento ideológico, tanto na organização do acampamento quanto no combate à ditadura; sua trajetória exemplifica a repressão estatal e a resistência política no período.

Palavras-chave: Dinalva Oliveira Teixeira; Guerrilha do Araguaia; Resistência Política.

²⁵ Este artigo foi originalmente apresentado no Simpósio Temático 9, da II Jornada Latino-Americana, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas de História da América Latina no Tempo Presente (GEHAL), vinculado ao Laboratório de Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

²⁶ Graduanda em História (UEPB), Centro de Educação, UEPB, Campina Grande, PB.

²⁷ Graduanda em História (UEPB), Centro de Educação, UEPB, Campina Grande, PB.

Abstract

Dinalva Oliveira Teixeira, guerrilla fighter of the Communist Party of Brazil (PCdoB), took part in the Araguaia Guerrilla, an armed resistance movement against the Brazilian military dictatorship (1964–1985). Known for her discipline and ideological commitment, she played a key role both in organizing the guerrilla camps and in the struggle against authoritarian rule; her life story illustrates the dynamics of state repression and political resistance during the dictatorship period.

Keywords: Dinalva Oliveira Teixeira; Araguaia Guerrilla; Political Resistance.

Introdução

Este trabalho apresenta um recorte da trajetória histórica e pessoal da brasileira Dinalva Oliveira Teixeira (1945-1974), com vistas a compreender sua atuação como guerrilheira. Para isso, torna-se necessário entender a militância no Partido Comunista durante a ditadura militar brasileira e como, a partir disso, novas organizações foram surgindo. Nesse contexto, a pesquisa ancora-se, majoritariamente, nos trabalhos do professor e historiador Edgard Carone (1982), em seu livro intitulado *O PCB (1922-1943)* e na tese de Carlos Hugo Studart (2013), *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*.

A princípio, é necessário destacar a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e compreender o surgimento de outros partidos, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), do qual Dinalva fazia parte. Com o golpe militar de 1964, iniciou-se no Brasil um projeto de desenvolvimento pautado na repressão e vinculado ao imperialismo. Nesse novo cenário, a esquerda viu-se reprimida e acuada pelo regime. Porém, mesmo sob pressão, mobilizou-se em torno de novas organizações políticas, enquanto as que já existiam passaram por um intenso processo de fragmentação.

O PCB, o PCdoB, a Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) e até mesmo o pequeno Partido Operário Revolucionário (POR) trotskista sofreram separações e enfrentaram divergências sobre como proceder a partir de então. Em virtude disso, uma parte do Partido Comunista Brasileiro resolveu, antes mesmo do início da ditadura, adotar uma estratégia conhecida como revolução por etapas, uma vez que, no Brasil, ainda existia um modo de produção com características feudais, conforme destaca o historiador Edgard Carone (1982).

Nesse horizonte revolucionário, defendia-se que era necessário trabalhar com reformas de base e aliar-se a certos setores da burguesia. No final dos anos 1960, para alguns líderes comunistas, tal proposta tornou-se insustentável. A partir de então, muitos decidiram aderir à luta armada, rompendo de vez com o caráter mais brando e conciliador do PCB. Como resultado, fundaram um novo partido, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), composto justamente por dissidentes do Partido Comunista. No ano de 1967, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) realizou seu VI Congresso. Nesse evento, foram apresentadas as falhas cometidas pelo partido ainda no governo de João Goulart. Diante disso, conforme a análise dos próprios membros, Carone (1982) conclui que eles negligenciaram a formulação de soluções concretas e a apresentação de alternativas viáveis para o progresso do movimento nacionalista e democrático.

A tentativa de conciliação de classes no período que antecedeu a ditadura foi frustrada, o que tornou urgente a necessidade de um posicionamento crítico e efetivo. A partir disso, os revolucionários do PCB e de demais partidos de esquerda organizaram-se em guerrilhas, iniciando a luta armada e a tentativa de recuperar o país das mãos dos militares.

Contexto histórico e político da Guerrilha do Araguaia

Para compreender-se a figura de Dinalva Conceição Teixeira, seu papel no período ditatorial e as representações construídas em torno dela, é necessário considerar o contexto em que estava inserida, especialmente o período pré-ditatorial, quando dissidentes do PCB fundaram o PCdoB, que defendia a revolução pela luta armada.

Formada por militantes do PCdoB, a Guerrilha do Araguaia, de vertente marxista-leninista, buscava instaurar um novo projeto político no país. Suas ações remontam a 1962, com o início do recrutamento de jovens em diferentes cidades brasileiras. Em 1964, quatorze militantes foram enviados à Academia Militar de Pequim para treinamento; em 1966, o partido adquiriu terras e enviou combatentes à região. O movimento foi extinto em setembro de 1974, com a morte da última guerrilheira, Walquíria Afonso Costa, a Val. Os guerrilheiros instalaram-se às margens do rio Araguaia, sul do Pará, com o objetivo de se integrar à população local, difundir suas ideias e recrutar camponeses para a luta armada. Além de prestarem serviços à comunidade, treinavam e se preparavam para o levante.

O grupo era formado majoritariamente por jovens estudantes e profissionais liberais, além de poucos operários, todos alinhados aos ideais do PCdoB. Inicialmente, apenas homens participavam, mas essa dinâmica mudou com o tempo. Por volta de 1970, casais passaram a integrar o movimento, entre eles, Dinalva Conceição Teixeira, codinome Dina, e seu marido Antônio Carlos Monteiro Teixeira, o Antônio da Dina.

Na mesma década, cerca de 28 militantes vinham se organizando para a guerrilha, disfarçados de pequenos comerciantes, donos de farmácias e armazéns, professores — com o intuito de se integrarem à população local e conquistarem sua simpatia. Dina Teixeira, por sua vez, destacou-se nessa tarefa, como em tantas outras etapas. Desempenhou papéis como dona de venda, enfermeira e parteira, razão pela qual passou a ser chamada de "mãe-de-pegção" e amadrinhou muitas crianças (Corrêa, 2013). Junto à sua camarada Áurea Eliza Pereira, abriu uma escola de alfabetização que logo foi chamada pelos locais de "Escolinha da Professora Dina" e ganhou não apenas o respeito, mas também a admiração da população, tornando-se conhecida por suas "pregações" políticas e sua profunda esperança em um futuro melhor.

Por volta de 1972, a chegada dos militares à região onde a guerrilha estava instalada, sob a suspeita de presença subversiva, marcou o início do fim para os revolucionários. Em abril daquele ano, teve início o conflito armado para o qual os guerrilheiros vinham se preparando, mas que os pegou de surpresa.

Partindo de Corrêa (2013), pode-se dividir o conflito em três fases — três campanhas militares no local em que estavam estabelecidas as bases da guerrilha, uma região ao sul do Pará, às margens do rio Araguaia. As duas primeiras campanhas dos militares na localidade tiveram como objetivo o mapeamento dos guerrilheiros, o reconhecimento do território e a prisão e interrogatório dos subversivos. Contudo, já nessas primeiras fases do conflito, algumas baixas foram registradas, entre elas a do camarada Antônio Teixeira — ex-marido de Teixeira, cuja morte foi datada em setembro de 1972. Após um período de trégua de um ano, teve início a terceira campanha contra os guerrilheiros. Neste momento, os militares receberam a ordem de não fazer prisioneiros.

As representações de Dinalva Oliveira Teixeira

Dinalva Oliveira Teixeira tornou-se um dos grandes símbolos de resistência da Guerrilha do Araguaia. Sua trajetória foi marcada por coragem e liderança, de modo a conquistar o respeito tanto de seus companheiros quanto de seus opositores. Nesse sentido, aborda-se sua atuação na guerrilha, desde a ascensão como vice comandante até sua captura, bem como as diferentes representações que sua figura assumiu ao longo do tempo.

Em primeiro lugar, em abril de 1974, no correr da terceira e última campanha, o camarada Osvaldo Orlando Costa, sob codinome Osvaldão, foi assassinado. Isso significou que um dos grandes símbolos da resistência havia sido extirpado. Apesar disso, Teixeira permaneceu e foi capturada apenas meses depois. Baiana, ela havia ingressado na guerrilha aos 24 anos; antes disso, trabalhava como geóloga e em projetos sociais em comunidades do Rio de Janeiro ao lado do marido, Antônio Carlos, também guerrilheiro, que passou a responder ao codinome Antônio da Dina. Dinalva ingressou na guerrilha — organizada por membros do PCdoB — como militante de base, mas logo foi promovida à vice comandante, assim como Osvaldão. Ambos se tornaram figuras lendárias na região. Após o cruel assassinato do companheiro guerrilheiro Arildo Valadão de codinome Ari, que foi degolado, e diante da dura realidade do conflito, Osvaldão assumiu a liderança absoluta da guerrilha, tendo Dina como subcomandante, graças à coragem já comprovada. Juntos, resistiram até o fim.

A guerrilheira foi capturada em junho de 1974, aos 29 anos, junto com a camarada Tuca (Luiza Augusta Garlipo), após serem traídas por um camponês a quem pediram ajuda. Teixeira permaneceu sob custódia dos militares por três semanas até sua execução. De acordo com relatos dos próprios militares, ela se manteve fiel aos seus princípios até o fim e morreu com “honra”, esperançosa na vitória de seu movimento; conquistando o respeito de seus inimigos: “Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho do que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda” (Corrêa, 2013, p. 123).

Em *As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia*, Studart (2013) esclarece que Dina era vista com profundo respeito pelos companheiros devido à sua determinação, temida pelos militares por sua reputação entre o povo, e admirada pelos camponeses pelo serviço prestado. Como resultado de sua atuação junto à população e de sua bravura incontestável, surgiu em torno dela a imagem de uma figura mística, enraizada

no imaginário camponês. Nessa perspectiva, acreditava-se que Dina podia não apenas curar enfermos, mas também se transformar em borboleta para se proteger, relato que teria origem em testemunhos de quem presenciou o suposto feito:

Dina estaria em determinado ponto ao sul de São Geraldo. O major Thaumaturgo Sotero Vaz então enviou o tenente Álvaro para o local, à frente de uma equipe de 10 ou 12 paraquedistas. Ela de fato estava lá. Cercaram-na. Dina se escondeu atrás de um angico e começou a atirar. Um tiro acertou o tenente. A bala entrou pelas costas e se alojou perto do coração. Os soldados então metralharam toda a área. O angico de fato ficou triturado, conforme relato de militares a esta pesquisa. Mas não chegou a cair, segundo reza a lenda popular. Dina, por sua vez, desapareceu de forma inexplicável (Corrêa, 2013, p.329).

A partir dessa repercussão, surgiu o mito da borboleta em torno de Dinalva Teixeira. Ainda segundo Studart (2013, p. 336), esse símbolo representa “a utopia da transmutação (ou da revolução), de buscar superar o mundo rasteiro, desigual e injusto, para, após um período de gestação em crisálida, despontar rumo a uma sociedade mais livre e igualitária”, o que é absolutamente alinhado as ideais que ela defendia. Cabe destacar que os moradores da região, em sua maioria, demonstravam simpatia pelo grupo, especialmente por Dina.

O feito alcançado pela guerrilheira merece reflexão, pois, como mulher em um regime ditatorial dominado por ideias conservadoras e autoritárias, esperava-se que ela seguisse um modelo feminino pré-estabelecido — algo que ela se recusou a aceitar. Pelo contrário, ingressou em um partido majoritariamente masculino, que no começo sequer permitia a participação de mulheres. Mais do que integrar a luta armada, Dinalva Teixeira esteve na linha de frente, exerceu forte influência sobre seus companheiros e conquistou o respeito até de seus executores. De fato, a convicção ideológica foi a força motriz de sua trajetória. Dina vive! Seu legado ecoa através dos tempos, sua história continua sendo contada, e seu mito eternamente lembrado.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Carlos Hugo Studart. **Em algum lugar das selvas amazônicas**: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974). 2013. 619 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/18326>. Acesso em: 14 out. 2025.

VI Congresso do PCB, 1967, dezembro. In: CARONE, Edgard (org.). **O PCB (1964-1982)**. São Paulo: DIFEL, 1982. v. 3, p. 52.

PÁTRIA, FAMÍLIA E BELEZA:

a representação das mulheres na ditadura militar no Brasil

Lucas Matheus Araujo Bicalho²⁸
Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
E-mail: bicalholucas7@gmail.com

José Marcos Nascimento Pontes²⁹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
E-mail: j.marcoxs@gmail.com

Resumo:

Este estudo analisa como a publicidade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985) construiu representações femininas moldadas por interesses políticos e econômicos. A partir de anúncios da época, observa-se que a mulher era retratada de forma padronizada, submissa e domesticada, o que reflete os valores do regime. A partir da abordagem interdisciplinar e o conceito de representações sociais de Denise Jodelet, o trabalho destaca o papel da propaganda na naturalização das desigualdades de gênero. Ademais, a pesquisa mostra que tais imagens não apenas refletiam, mas reforçavam normas sociais excludentes. Assim, a publicidade torna-se um importante instrumento de dominação simbólica.

Palavras-chave: Mulheres; Ditadura Civil-Militar; Propagandas.

Resumen:

Este estudio analiza cómo la publicidad durante la dictadura civil-militar brasileña (1964-1985) construyó representaciones de las mujeres moldeadas por intereses políticos y económicos. A partir de anuncios publicitarios de la época, se observa que las mujeres eran retratadas de manera estandarizada, sumisa y domesticada, reflejando los valores del régimen. Utilizando un enfoque interdisciplinario y el concepto de representaciones sociales de Denise Jodelet, el trabajo destaca el papel de la publicidad en la naturalización de las desigualdades de género. La investigación muestra que estas imágenes no solo reflejaban, sino que reforzaban las normas sociales excluyentes. La publicidad se convierte así en un importante instrumento de dominación simbólica.

Palabras clave: Mujeres; Dictadura civil-militar; Publicidad.

²⁸ Mestrando em História Social na Universidade Estadual de Montes Claros (PPGH/Unimontes).

²⁹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (PPGH/UFPB).

Introdução

No campo das Ciências Humanas, a interdisciplinaridade constitui ferramenta indispensável para a análise da realidade social, uma vez que a complexidade dos fenômenos históricos, políticos e culturais ultrapassa os limites de abordagens disciplinares isoladas. É nesse horizonte que se insere o presente estudo, voltado à investigação das representações femininas veiculadas pela publicidade durante a ditadura civil-militar (1964-1985) (Teles, 2013). Em atenção às especificidades do regime autoritário, busca-se compreender de que maneira imagens e discursos sobre a mulher foram construídos e instrumentalizados por interesses políticos e econômicos, contribuindo para a reprodução de valores que pretendiam circunscrever a identidade feminina aos papéis socialmente admitidos pelo regime. Dessa forma, mais do que uma análise da linguagem publicitária, trata-se de examinar as formas pelas quais o poder político dialogou com a cultura e, por meio dela, produziu mecanismos de disciplina e controle dos corpos e das condutas femininas

A presença da mulher na História como sujeito ativo não é, de fato, uma perspectiva nova ou recente, todavia continua a enfrentar resistências e lacunas quando se busca inseri-la de forma plena na narrativa historiográfica. Desde tempos remotos, mulheres agiram, decidiram e transformaram, ainda que muitas vezes suas trajetórias tenham sido invisibilizadas pelos filtros seletivos da memória oficial. A historiografia tradicional, ancorada em paradigmas masculinos e centrada em grandes figuras e eventos, pouco respondia às inquietações sobre essas ausências, mantendo-se cega às múltiplas formas de protagonismo feminino que se manifestaram nos espaços públicos e privados, conforme esclarece a feminista Joan Scott (2019). No entanto, à medida que práticas, imaginários e representações femininas passaram a ser analisados em diálogo com múltiplos campos do saber, ampliaram-se as possibilidades de interpretar não apenas o papel das mulheres nos processos históricos, mas também sua agência na construção social de identidades e normas de gênero ao longo do tempo (Franser, 2019). Mesmo assim, o caminho não é isento de desafios: exige escavar fontes esquecidas, reinterpretar documentos e, sobretudo, romper com as narrativas cristalizadas que insistem em relegar as mulheres à margem da História.

Reconhecer as mulheres na História significou evocar suas experiências, interpretá-las e confrontá-las com os acontecimentos, de modo a romper com narrativas homogêneas que as silenciavam. Os estudos de gênero, ao valorizar a diversidade e a transversalidade das abordagens, desestabilizaram certezas teóricas e metodológicas que funcionavam como formas de dominação (Bicalho *et al.*, 2023). Assim, ao

problematizar tanto a figura feminina quanto a masculina, esses estudos ampliaram o diálogo entre saberes e permitiram entender as mulheres como sujeitos e objetos da História. Em tal processo, a própria noção de passado foi reconfigurada: deixou de ser algo fixo e acabado para se tornar um campo de disputa e construção discursiva, em que os agentes históricos aparecem em sua pluralidade (Del Priore, 2013).

Nesse contexto, a propaganda ocupa posição central na reprodução dos códigos sociais, funcionando como um dispositivo capaz de naturalizar desigualdades e legitimar hierarquias. Ao representar o feminino, não se limita a espelhar valores dominantes: reforça-os e fixa-os na memória coletiva como verdades aparentes e incontestáveis. As imagens da mulher, projetadas ora como rainha do lar sem trono, ora submissa, dócil ou objeto de desejo, repetem-se incessantemente, convertendo construções culturais em normas tidas como naturais. Analisar essa relação exige revelar a forma pela qual a publicidade participa da produção das identidades de gênero, ao mesmo tempo que oculta sua própria responsabilidade nesse processo. Se, por um lado, reflete as tensões e contradições de cada época, por outro atua como força que cristaliza estereótipos, da mulher idealizada e dependente à figura da mulher-perigo, tornando-as socialmente aceitáveis e politicamente funcionais à manutenção da ordem (Bicalho; Reis, 2023, 2024).

Sob tal égide, a história da propaganda no Brasil não se desenvolve em vácuo sociológico; acompanha as estruturas de poder e as práticas culturais. Durante o regime militar (1964-1985), período de repressão política e crescimento econômico, a publicidade floresceu, impulsionada pelos avanços tecnológicos e pela expansão da mídia de massa, como a televisão e revistas de grande tiragem. Nesse contexto, a propaganda foi mais que mero veículo comercial: tornou-se instrumento de controle social, que articula discursos e consolida valores hegemônicos. A representação da mulher, presença constante nos anúncios, reflete essa lógica — ora hipersexualizada e reduzida a objeto de desejo, ora limitada a papéis subalternos e domésticos; ela surge não como sujeito, mas como suporte simbólico para mercadorias e ideais de consumo. Como aponta Angrimani (1995), não é o produto em si que se vende, mas a fantasia que ele promete; é nessa fantasia que o corpo feminino se inscreve de forma recorrente. A publicidade, desse modo, não apenas divulga, como também produz representações que naturalizam desigualdades e estabelecem desejos moldados pelas engrenagens do mercado e do poder (Bicalho, 2023).

Fontes e métodos

A trajetória das mulheres na publicidade brasileira durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985) pode ser delineada a partir do exame sistemático de anúncios veiculados em revistas de circulação nacional, especificamente *Quatro Rodas* e *Nova*, disponíveis em acervos digitais. Para este estudo, selecionaram-se peças publicitárias que atendem a um critério básico: a presença explícita da figura feminina como elemento central da mensagem. O levantamento contou com o uso de ferramentas de busca na Internet, por meio de palavras-chave como “mulheres na publicidade” e “história da publicidade”, permitindo reunir um *corpus* representativo do período. O método de análise histórica adotado fundamenta-se no conceito de representação, conforme formulado por Denise Jodelet (2002). Para a autora, as representações sociais não constituem meros reflexos da realidade, mas construções coletivas que conferem sentido ao mundo, orientam comportamentos e estruturam práticas cotidianas.

Resultados e discussões

Durante os anos da ditadura no Brasil, a propaganda ocupou um papel central como instrumento do poder, num cenário no qual os veículos de comunicação impressa, em toda a sua diversidade, foram submetidos ao controle do Estado (Alves; Athayade, 2023). A censura silenciou vozes dissonantes, orientou a produção de discursos que reforçavam a ordem imposta e transformou a mídia não em simples reflexo da sociedade, mas em ator ativo na construção e manutenção do regime. À vista disso, a propaganda desse período não pode ser dissociada dos jogos políticos e das estratégias de dominação que marcaram o autoritarismo brasileiro (Barbosa, 2024).

Com o avanço da industrialização e dos recursos tecnológicos, a publicidade substituiu gravuras e ilustrações pela fotografia e por técnicas mais sofisticadas de produção visual, como a fotomontagem. Modelos vivos passam a integrar esse novo repertório, compondo discursos visuais voltados à promoção do consumo e à formação de comportamentos. Na primeira propaganda analisada, a mulher é representada como figura subalterna, apagada em sua singularidade e reduzida ao espaço privado, em oposição ao homem, identificado com o comando e o espaço público. Essa representação, longe de ser neutra, reitera o que Judith Butler (2003, p.15) denomina

como performatividade de gênero: “um conjunto de atos reiterativos que naturalizam as diferenças e fixam papéis sociais como se fossem dados biológicos”. Isso quer dizer que, a propaganda não apenas reflete, mas produz e legitima as hierarquias de gênero, funcionando como engrenagem simbólica do poder e da norma (Scott, 2019).

Figura 1 - Publicidade da Volkswagen, 1964

Ele

de manhã vai ao trabalho e volta à noite.

Ela

leva as crianças à escola, vai à feira, vai ao cabeleireiro, vai buscar mamãe, busca as crianças da escola, busca os sobrinhos para brincarem com as crianças que voltaram da escola, vai à costureira, leva mamãe para casa, vai fazer compras na cidade, devolve os sobrinhos, vai visitar as amigas, vai ver como tília Celina está passando, volta à casa de uma amiga para apanhar a bolsa que tinha esquecido etc. etc. etc.

WV

Não é justo que ela tenha um Volkswagen só para ela?

38

Fonte: Revista Quatro Rodas, 1964.

Na publicidade da Volkswagen, veiculada nos anos de regime militar, as imagens dizem mais do que aparentam. Nelas, o olhar atento percebe os traços profundos da cultura patriarcal que ainda estruturava os papéis sociais de homens e mulheres. Ele, em pé ao lado do carro, engratado, maleta em punho, ocupa uma posição avultada e central, representando o provedor, o mundo público e racional (Jodelet, 2002). Ela, por sua vez, aparece cabisbaixa, em posição diagonal em relação ao homem, entre os filhos, de avental e sorriso contido, corporificando a domesticidade, o cuidado e o silêncio, ainda que envolta por símbolos que insistem em preservar sua feminilidade: seios firmes, cabelo arrumado, corpo em forma. O texto do anúncio reforça essa assimetria: ele trabalha, ela cumpre o “etc., etc., etc.”, expressão que reduz a

multiplicidade de tarefas femininas a uma trivialidade repetida. A pergunta final, “Não é justo que ela tenha um Volkswagen só para ela?”, ressoa como irônico, desautorizando qualquer ideia de autonomia feminina. O anúncio não apenas vende um carro: vende, sobretudo, uma concepção de mulher moldada à obediência, à elegância contida e à invisibilidade de seus desejos. É a história das mulheres contada pelos outros, em que elas aparecem, mas raramente falam.

Durante a ditadura, com o avanço industrial e a influência dos Estados Unidos, o mercado publicitário brasileiro passou a explorar novos produtos, como as meias de compressão *Kendall*. Voltadas às mulheres trabalhadoras, vendiam mais do que alívio físico: ofereciam uma imagem idealizada de feminilidade. Na propaganda, elas surgem sentadas, pernas cruzadas, elegantes e silenciosas, moldadas ao gosto masculino. De outro lado, o movimento feminista despontava com a ideia de romper com os papéis impostos e transformar a mulher um sujeito político. Ainda assim, a publicidade permanecia alheia e reafirmava padrões de submissão; como lembra a história das mulheres, o esquecimento de suas vozes foi mais ideológico que documental.

A imagem publicitária da Figura 2, de 1979, revela sob uma superfície de neutralidade estética, a persistência de um imaginário social que consolida um modelo feminino docilizado e funcional ao projeto patriarcal. A mulher, cuidadosamente vestida, com gestos contidos e aparência impecável, é representada como figura central do lar e da beleza padronizada. Ainda que situada em um contexto de crescente mobilização feminista no Brasil, tal presença na propaganda é esvaziada de agência política. Diante disso, na perspectiva de Butler (2003), trata-se de uma *performance* reiterada do gênero, em que o feminino é construído pela repetição de normas que naturalizam a submissão e ocultam a dimensão histórica e cultural dessa construção. Logo, o corpo da mulher, mesmo quando exposto com elegância, é um corpo disciplinado, controlado e delimitado pelo olhar masculino e pelos valores da ordem heteronormativa.

Figura 2 - Propaganda Kendall, em 1979



Fonte: Revista Nova, 1979.

À luz das contribuições de Denise Jodelet (2002), percebe-se que a segunda imagem não apenas reflete a realidade social da época, como também organiza representações que sustentam e reproduzem sentidos hegemônicos sobre o lugar da mulher. A propaganda, ao fixar o feminino no espaço privado, apaga as multiplicidades e os conflitos que atravessavam o período, sobretudo as vozes dissonantes das mulheres que resistiam à lógica da subordinação. Como sublinha Margareth Rago (1995), os discursos da mídia são formas de poder que moldam subjetividades; e, nesse caso, operam para silenciar a figura da mulher politizada, substituindo-a por uma idealização passiva, a qual conforta e conserva a ordem vigente. A mulher subversiva, engajada, não encontra espaço em tal repertório imagético, sua ausência é uma forma de censura simbólica tão eficaz quanto a própria repressão institucional.

Considerações finais

As campanhas publicitárias da época revelam, de forma sintética e simbólica, como a mulher era enquadrada em um ideal hegemônico de feminilidade durante o regime militar: elegante, disciplinada, consumidora e politicamente silenciosa. A repetição estética das figuras femininas, manifestada nos trajés, nas posturas e na

neutralidade das expressões, transcende a mera promoção de produtos; funciona como um instrumento de imposição de normas de conduta e apagamento da diversidade das experiências femininas, sobretudo aquelas vinculadas à militância e à contestação. Ao silenciar o engajamento político das mulheres, a propaganda reforça uma ordem simbólica que naturaliza desigualdades de gênero e neutraliza discursos de resistência. Tal forma de representação, como assinala Jodelet (2002), contribui para a cristalização de imagens mentais compartilhadas que estruturam o imaginário coletivo, moldando de maneira duradoura a percepção e a vivência social do feminino.

Referências Bibliográficas

ALVES, Luís Fernando de Souza; ATHAYDE, André Luiz Mendes. Retratos e recortes montes-clarenses: histórias da cidade no período da ditadura militar. **Revista Hydra: Revista Discente de História da UNIFESP**, v. 7, n. 13, p. 247-272, 2023.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da imprensa**: o tempo presente Brasil (1980-2010). Rio de Janeiro: Mauad X, 2024.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo. **Análise imagética de um crime nas capas das revistas Veja, Época e IstoÉ**: o caso de Isabella Nardoni (2008-2010). 2023. 67 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Centro de Ciências Humanas – CCH, Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2023.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; MARQUIOLI, Stefany Reis; VIEIRA, Guilherme Carvalho; COSTA, Daniely Santos Ramos. A “SOLTEIRONA” NA SÉRIE BRIDGERTON DA NETFLIX: subversão e reinvenção de estereótipos no contexto social do século XIX. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 13, n. 33, 1 dez. 2023.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. CRIME, GÊNERO E MÍDIA: a construção da “loura má” na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense (2002-2006). **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 14, n. 36, 5 dez. 2023.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; REIS, Filomena Luciene Cordeiro. Suzane Von Richthofen: cruelmente “interessada, inteligente e aplicada”. **Comunicação & Informação**, v. 27, p. 219-236, 2024.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias e conversas de mulher**. Planeta, 2013.

FRANSER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 25-49 p.

HERNANDEZ, Oswaldo. Anúncios anos 70. **Blog Oswaldo Hernandez**. *Online*, 2012. Disponível em: <https://memoriasoswaldohernandez.blogspot.com/2012/10/anuncios-de-moda-e-acessorios-nos-anos.html?zx=e2506cde6ea1c40>. acesso 03 set. 2025.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, Denise (org.). **As Representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995.

REIS, Dalmir Júnior. Mulheres e Automóveis – anos 60. **Propagandas Históricas.com**. *Online*, 2012. Disponível em: https://www.propagandashistoricas.com.br/2013/02/mulheres-automoveis-anos-60.html#google_vignette. Acesso em 03 set. 2025.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 49-80p.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil. São Paulo: Editora Intermeios, 2013.

**A REPRESENTAÇÃO DE MULHERES EM UM JORNAL HOMOSSEXUAL
DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

Rogério dos Santos Michaeli Filho³⁰

Universidade Federal Fluminense (UFF)

E-mail: rogermichaeli@hotmail.com

Resumo

A posição das mulheres no contexto ditatorial brasileiro foi uma das principais questões abordadas pelo jornal alternativo e homossexual *Lampião da Esquina*. À vista disso, este artigo reflete sobre o movimento feminista nas páginas do periódico, de modo a apresentar seus anseios, necessidades e mobilização política pelo fim da Ditadura Militar (1964-1985), temas que influenciaram a forma como as publicações dirigiram-se à trajetória das mulheres; exploradas nesse trabalho.

Palavras-chave: Lampião da Esquina; ditadura militar brasileira; movimento feminista.

Abstract

The position of women in the context of the Brazilian dictatorship was one of the main questions covered by the alternative and homosexual newspaper *Lampião da Esquina*. In view of this, this article discusses the feminist movement in the pages of the newspaper, presenting its aspirations, needs, and political mobilization for the end of the Military Dictatorship (1964-1985), themes that influenced the way the publications addressed women's trajectory and are explored in this work.

Keywords: Lampião da Esquina; Brazilian military dictatorship; feminist movement.

³⁰ Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestrando no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução

Ao analisar as transformações ocorridas nos movimentos feministas na América Latina nas últimas décadas, a cientista política Sonia Alvarez designa o movimento ocorrido durante os anos 1970 como um período de “centramento do campo feminista” ou “feminismo no singular” (Alvarez, 2014, p. 16-17). Nesse momento, o feminismo despontava no Brasil e buscava opor-se à Ditadura Militar (1964-1985), em prol da restauração da democracia. E visava tanto eliminar as desigualdades sociais quanto defender os direitos humanos e à cidadania (Freitas, 2018).

A imprensa feminista que surgiu na década de 1970 ficou marcada por ter sido uma grande propulsora das reivindicações feministas e quebrou, em parte, com um ciclo estereotipado de representação — ao propor outras demandas relacionadas às mulheres. A jornalista e cientista política Viviane Gonçalves Freitas compreende que a imprensa alternativa feminista se tornou um campo de debate sobre o que acontecia no movimento, fora do que circulava na mídia tradicional, abordando questões que contestavam a imagem das mulheres na sociedade brasileira. A conquista desse espaço representou a possibilidade de transgredirem o autoritarismo estabelecido pela ditadura, por meio da construção de canais contra-hegemônicos (Woitowicz; Pedro, 2011).

O *Lampião da Esquina* tencionou abordagens como a denúncia da repressão pelo regime militar e a autonomia partidária, bem como temas que abrangiam a violência contra a mulher, sexualidade feminina, os desdobramentos dos movimentos feministas e a igualdade entre os gêneros. Dessa forma, o jornal se mostrou pioneiro ao abordar diversos pontos que seriam (e ainda são) centrais para o feminismo, mesmo anos após o fim de sua circulação.

A representação de mulheres no *Lampião da Esquina*

A abordagem do *Lampião da Esquina* insere-se na contramão, em um horizonte no qual a abordagem feminista era invisibilizada e até mesmo autocensurada em jornais de grande alcance e expressão durante a abertura política no Brasil. Na terceira edição,

a manchete anunciava “Mulheres na Redação”, marcando que, pela primeira vez, as mulheres teriam maior representação nas páginas do jornal.

Para manter a proposta de seguir com a representação de mulheres em suas páginas, em abril de 1979, o décimo primeiro número do *Lampião da Esquina* publicou uma de suas edições com maior engajamento político feminista de sua história. Com a capa “Lesbianismo [sic], machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política”, Aguinaldo Silva abre a edição escrevendo a nota “Extra! Mulheres chegam pra ficar”, onde anunciava que a reunião de pauta sobre aquela edição foi conduzida, em sua maioria, por mulheres, que ficaram responsáveis por publicar o material presente nas páginas seguintes (Silva, 1979, p. 02).

Nessa edição, a historiadora Maria Luiza Heilborn (1979) discorre sobre como os debates envolvendo corpo e sexualidade são desvalorizados; e como as mulheres são oprimidas e dominadas por meio de seus corpos. Heilborn destaca como o controle da reprodução é visto como responsabilidade das mulheres, embora elas mesmas não tenham acesso às decisões relacionadas ao próprio corpo. Heilborn enxerga a autonomia da sexualidade e o controle total sobre o corpo como possibilidade de liberdade e o fim da dominação das mulheres.

O *Lampião da Esquina* foi responsável por cobrir diversas reuniões, encontros e congressos de mulheres. Eventos nos quais eram protagonistas, construíam suas demandas e reivindicavam por seus direitos, sendo que, geralmente, essas reuniões eram invisibilizadas pela grande imprensa mesmo na esteira abertura política. A socióloga Ana Alcântara Costa (2010) aponta três eventos que contribuíram para a integração de mulheres de classes populares nos movimentos feministas: o Encontro Nacional de Mulheres ocorrido em março de 1979, no Rio de Janeiro, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira; o Segundo Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1980; e o Terceiro Congresso da Mulher Paulista, ocorrido em 1981. Essas mobilizações foram acompanhadas pelo *Lampião da Esquina*.

Antes mesmo do termo “interseccionalidade” ser cunhado nos Estados Unidos pela jurista Kimberlé Crenshaw, e popularizado no campo das Ciências Sociais pela socióloga Patricia Hill Collins, a filósofa, historiadora e antropóloga Lélia Gonzalez já abordava o tema em sua crônica *Mulher negra: um retrato*, na edição histórica de representação de mulheres, de abril de 1979. No texto, a intelectual conta a história de uma mulher negra que migrou do interior de Minas Gerais para uma comunidade do Rio

de Janeiro e enfrentou diversos percalços, como trabalho infantil, a violência urbana, entre outros fatores que permeiam a vida de pessoas negras marginalizadas no Brasil.

Na edição de número 06, de novembro de 1978, o *Lampião* entrevistou a cantora, compositora e atual deputada estadual do estado de São Paulo, Leci Brandão — a qual converteu-se em uma figura recorrente nas páginas do jornal. No texto de apresentação para a entrevista, reconhecendo as intersecções de gênero, raça e sexualidade, o jornal escreve: “Nas duas páginas seguintes o leitor poderá sentir o peso da sinceridade dessa artista que não hesita em conversar abertamente sobre a tríplice – condição de mulher, negra e homossexual” (Lampião, 1978, p. 10). Quando questionada pelo jornalista Antonio Chrysostomo se não teria medo das pessoas a “olharem diferente”, a cantora responde:

Eu teria medo dos outros se não fosse nada disso e estivesse fazendo um trabalho supérfluo, alguma coisa simulada, se estivesse mentindo para vender disco. Mas como eu estou fazendo verdade dessas três condições, acho que fica tudo bem. Assumo minha cor e minha condição feminina porque nasci assim e nunca usei isso como argumento, como “me ajuda que sou preta, mulher e fraca”; para pedir favor aos outros. Que nada! Por ser preta e mulher é que trabalho muito, desde pequena. Agora assumo também a minha condição de gostar de outra mulher. Isso pintou na minha vida porque tinha que pintar. Ninguém obrigou, induziu, nada disso. Como eu estou fazendo tudo de verdade, de cabeça, não tenho medo do preconceito das pessoas. Quando alguém tem consciência do que faz só tem a ganhar. Quando você acredita em você — e sabe porque está acreditando — não existe motivo para medo nenhum (Brandão, 1978, p. 11).

Nesse bojo, a edição de dezembro de 1979 apresenta uma entrevista com Zezé Motta. No bate-papo, a atriz e cantora refletiu a respeito do feminismo, movimento negro e homossexual, no qual afirmou que em vários papéis, seja para a TV ou teatro, limitava-se a representar a empregada doméstica ou escrava. Em 2025, quarenta e seis anos depois da entrevista ao *Lampião da Esquina*, ao comentar a festa de comemoração dos 60 anos da TV Globo, Motta escreveu na rede social X:

Empregadas, perdi às contas, fiz tantas empregadas na Globo que quando fui enredo da escola de samba Arrastão de Cascadura, do carnavalesco João de Deus, havia uma ala só de domésticas, representando as empregadas que eu fiz ao longo da minha carreira (Motta, 2025).

A violência contra as mulheres também seria uma temática recorrente no *Lampião*, o qual abordou casos que envolviam assassinatos, estupros, violências físicas, domésticas e psicológicas. A primeira abordagem acerca do tema é a reportagem “Violação: ato de sexo ou de poder?”, escrita por Aguinaldo Silva e publicada em outubro de 1978. Nela, Aguinaldo debate tais violências sob a perspectiva de um problema culturalmente inscrito pelo poder de opressão dos homens sobre as mulheres no Ocidente.

Desse modo, observa-se que o movimento feminista no Brasil e no exterior foi responsável por impulsionar politicamente o debate relacionado à violência de gênero nas décadas de 1970 e 1980, com destaque para as demandas em prol de políticas públicas voltadas para assistir às mulheres vítimas de violência doméstica. Nesse contexto, destaca-se o surgimento do SOS-Mulher, primeiro serviço voltado ao atendimento de mulheres vítimas de violência, iniciativa de organização não governamental feminista (Aguilar; D’Oliveira; Schraiber, 2020). Em abril de 1981, ao realizar a cobertura do III Congresso da Mulher Paulista, o *Lampião da Esquina* entrevistou Teca, integrante do SOS-Mulher, que discutiu a função do serviço naquele contexto político-social. Ela detalha que o serviço conseguiu destacar questões profundas do feminismo, principalmente relacionadas à opressão praticada pelos homens contra as mulheres em contextos de violência doméstica. Teca ainda afirma que o intuito do projeto não era ser um serviço assistencialista, mas construir um espaço de solidariedade, em que as mulheres podiam ser ouvidas e apoiadas:

Quero lembrar que o SOS é o único espaço dentro do Movimento Feminista de São Paulo que está preocupado com duas questões: a ideológica, de como levar o feminismo para as massas; e a de um trabalho com o subjetivo, ou seja, não se trata só de assistencialismo, com um aparelhinho criando ideologia e fazendo panfleto. O SOS tenta juntar essas duas coisas, esses trabalhos para fora e para dentro (Lampião, 1981, p. 13).

Considerações finais

Quando o *Lampião da Esquina* deixa de circular, em 1981, o movimento feminista seguiu sua trajetória de consolidação por meio de propostas e reivindicações, conquistando credibilidade e representatividade política e social. Nessa conjuntura, destaca-se a ênfase na temática de gênero ao longo da década de 1980, que, a partir de então, é analisado a partir do contexto social e cultural do indivíduo, envolvendo outras categorias, como raça, sexualidade e classe, por exemplo (Scott, 2011).

O *Lampião da Esquina* deu visibilidade ao movimento feminista para outros setores sociais quando abraçou a causa de maneira incisiva ao longo de seus três anos de circulação. O jornal foi responsável por abordar diversas temáticas que envolviam a realidade da mulher brasileira e cedeu espaço para dezenas de colaboradoras a fim de ajudar a construir essa abordagem que protagonizava as mulheres e suas reivindicações. O direcionamento dessas temáticas, consideradas “controversas”, foram táticas que o *Lampião da Esquina* buscou tirar da sombra e iluminar: as realidades, os anseios, as lutas, os objetivos e as conquistas das mulheres que, até hoje, precisam se reafirmar social e politicamente todos os dias. Ao mesmo tempo, ao abordar os objetivos a serem alcançados pelas mulheres nesses últimos quarenta e cinco anos, o periódico mostra como diversas pautas foram conquistadas com “sangue, suor e lágrimas” de mulheres que constroem o Brasil desde o início de sua formação como sociedade múltipla, complexa e diversa.

Referências Bibliográficas

A música popular entendida de dona Lecy Brandão. "O sistema descobriu uma coisa: guei agora vende, dá bom lucro". **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 06, nov. 1978, p. 10-11.

AGUIAR, Janaina Marques de; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lilia Blima. Mudanças históricas na rede intersetorial de serviços voltados à violência contra a mulher. São Paulo: **Interface (Botocatu Online)**, v. 24, 2020.

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cadernos Pagu**, n. 43, jul. 2014.

BITTENCOURT, Francisco. No Rio e São Paulo, mulheres em assembléia. Contra o mito do sexo frágil, em busca do próprio caminho. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 11, abr. 1979, p. 09-10.

BRANDÃO, Leci. A música popular entendida de dona Leci Brandão. "O sistema descobriu uma coisa: guei agora vende, dá bom lucro". **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 06, nov. 1978, p. 11.

COSTA, Ana Alice Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (org.). **Gênero, feminismos e Ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos**. 1 ed. Jundiaí. São Paulo: Paco, 2018.

HEILBORN, Maria Luiza. Nós mulheres e nosso corpo. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 11, abr. 1979, p. 11.

MELGAR, Zezé; FREITAS, Emanuel. A hora da porrada. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 35, abr. 1981, p. 12.

MOTTA, Zezé (@zezemotta). "Empregadas, perdi às contas, fiz tantas empregadas na Globo que quando fui enredo da escola de samba Arrastão de Cascadura, do carnavalesco João de Deus, havia uma ala só de domésticas, representando as empregadas que eu fiz ao longo da minha carreira". **X**, 29 de abril de 2025, 15h02.

Disponível em:

<https://x.com/zezemotta/status/1917278409354326397?s=46&t=fvJonMRB5LeG6QabA0a16g>. Acesso em: 11 jun. 2025.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SILVA, Aguinaldo. Extra! Mulheres chegam pra ficar. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 11, abr. 1979, p. 02.

UM Congresso bem-pensante? **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, n. 35, abr. 1981, p. 13.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Nas ruas e na imprensa: mulheres em movimento durante as ditaduras militares no Brasil e no Chile. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe; VEIGA, Ana Maria. **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis, Editora Mulheres, 2011.

DESAPARECIMENTO POLÍTICO EM NARRATIVAS LITERÁRIAS:

Ana Rosa Kucinski e a busca por uma desaparecida

Anna Klara Carvalho Consentino³¹

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: annaconsentino@ufrj.br

Resumo

O artigo busca analisar a trajetória de Ana Rosa Kucinski, professora universitária e militante desaparecida durante a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1988), a partir de uma breve discussão a respeito da condição de gênero como agravante da violência estatal durante o período; e do romance *K. Relato de uma busca*. A obra é aqui interpretada como um manifesto que reivindica a preservação da memória frente à violência contínua perpetuada pelo desaparecimento político.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Desaparecimento Político; Ana Rosa Kucinski.

Abstract

This article intends to analyze the trajectory of Ana Rosa Kucinski, a university professor and militant who disappeared during the Brazilian Civil-Military dictatorship (1964-1988), through a brief discussion of gender as a factor that intensified state violence during that time as well as through the novel *K. Relato de uma busca*. The novel is read here as a manifesto that asserts the need to preserve memory in the face of the ongoing violence perpetuated by the strategy of political disappearance.

Keywords: Civil-Military Dictatorship; Political Disappearance; Ana Rosa Kucinski.

Introdução

Ana Rosa Kucinski, professora do Instituto de Química da Universidade de São Paulo (USP) e militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), teve sua vida dupla interrompida em abril de 1974, quando foi sequestrada, juntamente com seu marido Wilson Silva, por agentes do Estado. Sua família e seus amigos nunca mais souberam de seu paradeiro. Ana Rosa tornou-se vítima da violência do Estado ditatorial, ao passo

³¹ Mestranda em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGHIS/UFRJ) e graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES).

que aqueles que a amavam tornaram-se vítimas da “doutrina da guerra psicológica adversa” (Kucinski, 2016, p. 64) em vigor. Ana Rosa não pôde escrever as memórias de sua resistência frente à Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1988) e os desafios cotidianos de ser mulher em ambientes predominantemente ocupados por homens. A tarefa coube àqueles que ficaram e foram tocados por sua existência.

Em *K. Relato de uma busca*, romance publicado por Bernardo Kucinski, irmão mais velho de Ana Rosa, o autor assume o desafio de narrar a incessante dor de um passado que não passa, de forma a homenagear e preservar memória de sua irmã a partir de um tocante relato acerca de sua vida e desaparecimento. A obra supracitada, originalmente lançada em 2011, foi a estreia da carreira literária de Kucinski, já conhecido à época por seus trabalhos como jornalista e professor da Universidade de São Paulo (USP); e expõe o tema do desaparecimento político para debate concomitantemente à promulgação da Lei 12.528/2011, que instituiu a Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A construção literária feita por Bernardo Kucinski não apenas denuncia o terror de Estado, na forma do que chama de “guerra psicológica”, como revela, nas entrelinhas, a solidão de uma trajetória feminina sufocada tanto pela repressão política quanto pelas estruturas patriarcais que atravessavam os próprios espaços de resistência.

Embora nunca seja narradora de si na obra, Ana Rosa paira sobre a narrativa como uma figura onipresente, configurando-se como uma ausência que mobiliza memórias, fragmentos e indícios. O fato de ser uma mulher atuante em um campo dominado por homens confere à sua trajetória contornos de um duplo enfrentamento: contra a ditadura e aos limites impostos às mulheres no ambiente acadêmico e militante. A narrativa construída por seu irmão resgata, assim, não apenas a dor do desaparecimento, mas a potência de uma presença silenciada — uma presença feminina que resiste mesmo na ausência.

Ser mulher, ser revolucionária

Ana Maria Colling afirma que “a história da repressão durante o período da ditadura militar é uma história de homens” (Colling, 2004, p. 03) em referência à ideia de que o espaço público, no qual se realiza a política, cabe aos homens; enquanto às mulheres é destinado o espaço privado, a maternidade, o casamento e o cuidado

familiar. Sendo assim, aquelas que reclamam para si o espaço público, o espaço da política, traem sua natureza e assumem papéis masculinos. Nesse sentido, Ana Rosa Kucinski abraçou o papel de “traidora” das normas impostas à condição feminina, dedicando sua vida à luta política e a carreira acadêmica, sendo descrita como uma pessoa culta e conectada com as causas as quais acreditava desde a adolescência, como aponta a biografia *Kaddish: prece por uma desaparecida* (2018), composta por relatos de amigos, conhecidos e familiares de Kucinski.

A trajetória de Ana Rosa Kucinski como mulher, intelectual e militante é atravessada por um tipo específico de violência política: aquela que se exerce sobre o corpo feminino enquanto duplamente desviante — por sua atuação contra o regime e por transgredir os papéis sociais historicamente impostos às mulheres, que pautavam como deveriam comportar-se, como sugere a historiadora Izabel Pimentel da Silva (2011) ao analisar a participação feminina nas organizações da esquerda armada. Essa condição particular de subversão de gênero converteu as mulheres militantes em alvos de um tipo de repressão que buscava não só aniquilar sua atividade política, mas também reestabelecer uma ideia tradicional de gênero, punindo-as por ocuparem um espaço público, político.

Silva reafirma a ideia de uma dupla subversão ao abordar a maior liberdade que a distância do controle familiar proporcionava a essas mulheres militantes, conferindo-lhes maior autonomia sobre seus corpos e sexualidade. Conforme a historiadora, “se [essas mulheres] viviam para a revolução socialista, não deixaram de protagonizar uma revolução dos costumes, rompendo com padrões femininos socialmente aceitos.” (Silva, 2011, p. 725).

Ainda sobre os corpos femininos dissidentes, Colling (2004) chama atenção para o fato de que a repressão, no caso das mulheres, operava com ênfase no corpo, como tentativa de docilizá-lo e reeducá-lo — de acordo com a ideia de docilização dos corpos de Foucault — dentro dos parâmetros da feminilidade tradicional. O desaparecimento de Ana Rosa, portanto, não se limita à perseguição contra uma dissidente política; também atua como dispositivo simbólico do apagamento de uma mulher que se negava à submissão. Ainda conforme Colling, docilizar o corpo feminino era essencial aos regimes autoritários, era necessário que esses corpos fossem entendidos como frágeis para que se sujeitassem à posição de inferioridade imposta, a fim de facilitar o cumprimento dos objetivos da tortura:

Era preciso que se entendessem que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia um pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político, masculino (Colling, 1997, p. 80).

A narrativa literária como forma de preservação da memória

A leitura de *K. Relato de uma busca* pode ser ampliada à luz da análise de Caroline Bauer (2014), que identifica no desaparecimento político uma estratégia central da guerra psicológica promovida pelas ditaduras latino-americanas, cuja especificidade reside no sequestro, na negação oficial e na suspensão permanente entre vida e morte. A experiência familiar e social que se configura a partir da ausência de Ana Rosa inscreve-se, portanto, naquilo que denomina como condição de “existência-inexistência” — uma forma de presença marcada pela ausência que impossibilita a realização do luto e perpetua a dor. Bauer ainda aponta o desaparecimento político como um crime contínuo, cujos efeitos ultrapassam o ato repressivo e se estendem no tempo, contaminando a memória e dificultando a simbolização da perda (Bauer, 2014, p. 36).

Na tradição judaica, *tahará* é o termo que se refere à limpeza do corpo daquele que parte desse mundo. A *tahará*, muito mais do que uma medida higiênica, representa um ritual religioso de purificação e é acompanhada por uma série de preces em homenagem ao falecido. A realização da purificação é essencial ao rito de falecimento de um judeu e ao processo de luto familiar porque apenas um corpo purificado pode tomar posse de um jazigo, em um cemitério judaico; e, apenas um ano após o enterro, pode ser instalada uma lápide (*matzeva*) no túmulo do falecido. O que fazer então quando a pessoa falecida não possui um corpo a ser purificado por seus entes queridos?

Esse é o dilema que marca um dos momentos mais angustiantes da obra, quando o personagem K. tenta reivindicar uma lápide para sua filha no aniversário de seu desaparecimento como forma de honrar a memória da desaparecida segundo suas

tradições religiosas, mas tem seu pedido negado ao cair no dilema dessa “existência-inexistência” que cerca o desaparecimento político. Nesse momento, Kucinski escreve:

K. sente com intensidade insólita a justeza desse preceito, a urgência em querer para a filha uma lápide, ao se completar um ano da sua perda. A falta de lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos. (Kucinski, 2016, p. 74-75)

Diante desse panorama, o romance de Bernardo Kucinski surge como um gesto de resistência à lógica do esquecimento e uma reivindicação dos ritos que fazem parte do processo de luto e são negados aos familiares de desaparecidos políticos. Ao reconstruir fragmentariamente a figura da irmã, o autor enfrenta de modo direto a cultura do medo mencionada por Bauer (2014) — um legado do terrorismo de Estado que ainda opera sobre o imaginário social, deslegitimando a dor dos familiares e perpetuando a impunidade. Assim, o caso de Ana Rosa Kucinski contribui à discussão sobre gênero e violência em regimes autoritários, ao mostrar como a literatura pode reconstruir a dignidade de uma trajetória interrompida.

Mais do que um resgate familiar, o romance reinscreve a memória de uma mulher que foi privada do direito à palavra, à morte digna e ao luto. E o faz, justamente, ao dar forma literária à violência específica dirigida às mulheres militantes: sua dupla subversão, sua exclusão das narrativas oficiais e o uso político do esquecimento. Em tal gesto, o romance de Kucinski não apenas denuncia uma política de terror, mas desafia os limites do que se pode lembrar, representar e narrar a respeito da continuidade provocada pelos desaparecimentos políticos.

Considerações finais

Ao iluminar, brevemente, o caso de Ana Rosa Kucinski e a condição feminina de mulheres militantes durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, este trabalho busca contribuir para a ampla discussão sobre como a condição de gênero atravessa e agrava a violência política. Ana Rosa, e tantas outras mulheres, não foram vítimas do regime militar apenas como militantes, mas mulheres cujas ações desafiavam estruturas sociais de opressão.

Como destacado por Colling (1997) e Silva (2011), a mulher militante era percebida como traidora da natureza e duplamente transgressora ao não se restringir ao espaço privado e ocupar o espaço político. Esse desvio de gênero era abominado pela repressão estatal e pelas estruturas patriarcais às quais as organizações revolucionárias estavam submetidas, estabelecendo um cenário no qual essas mulheres tinham que se preocupar com os riscos da violência ditatorial e com o peso da violência cotidiana colocada em prática pela misoginia.

Os desaparecimentos políticos, assim como a impossibilidade de marcar o fim da trajetória de um ente querido, revelam uma face brutal da repressão operada pelo Estado brasileiro durante a Ditadura, bem como a persistência de memórias e experiências traumáticas que desafiam os limites da representação. Como analisado, a experiência de Ana Rosa Kucinski inscreve-se na prática do desaparecimento forçado como uma estratégia de terror político e psicológico e forma de reprimir corpos femininos insubmissos. Dessa maneira, a preservação da memória de Ana Rosa em *K. Relato de uma busca* representa uma tentativa de elaboração do luto em meio à impossibilidade de encerramento.

Referências bibliográficas

BAUER, C. S. A prática do desaparecimento nas estratégias de implantação do terror. In: Caroline Silveira Bauer. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. 2ª ed. Porto Alegre: Medianiz, 2014, p. 35-118.

CASTRO, A. **Kaddish**: prece por uma desaparecida. Editora Letramento, 2018.

COLLING, A. M. A Repressão e as mulheres: “É no corpo que eles vão agir”. In: Ana Maria Colling. **A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

COLLING, A. M. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. A Questão Social no novo Milênio. Coimbra, 2004.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 20ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

KUCINSKI, B. **K. Relato de uma busca**. Companhia das Letras, 2016.

SILVA, I. P. P. da. “Feitas de Ferro e de Flor”: A Participação Feminina nas Organizações da Esquerda Armada Brasileira nas Décadas de 1960 e 1970. In: **Anais da VI Semana de História Política / III Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, 2011, p. 719-728.

EL NO PODER:

a luta pelo luto na ditadura civil-militar argentina

Thais Neves Marcelo³²

E-mail: thaisnevesmarcelo@gmail.com

Resumo

Este artigo traça um paralelo entre a *Antígona Furiosa*, de Griselda Gambaro, com a *Antígona*, de Sófocles, à luz da construção de gênero nas peças, a fim de evidenciar a resistência feminina contra um poder autoritário e excessivamente masculinizado. Para refletir sobre a performance de gênero durante a ditadura civil-militar argentina (1976-1983), propõe-se uma aproximação das obras com a atuação das *Madres de Plaza de Mayo*, a partir das análises de Diana Taylor e Laura Rossi.

Palavras-chave: Antígona Furiosa; Antígona; *Madres de Plaza de Mayo*.

Abstract

This article aims to draw a parallel between *Antígona Furiosa* by Griselda Gambaro and *Antigone* by Sophocles, analyzing how gender is constructed in the plays in order to highlight a form of female resistance against an authoritarian and excessively masculinized power. Furthermore, to reflect on gender performance during the Argentine military regime (1976-1983), the article proposes a connection between the plays and the activism of the *Madres de la Plaza de Mayo*, based on the analyses of Diana Taylor and Laura Rossi.

Keywords: Antígona Furiosa; Antigone; *Madres de Plaza de Mayo*.

Hegel, ao analisar a tragédia sofocliana Antígona, em *Fenomenologia do Espírito*, enxerga uma dicotomia existente entre os personagens Antígona e Creonte; a primeira representaria a lei do parentesco e, o segundo, a lei do Estado. Ainda conforme

³² Mestre pelo departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP.

o filósofo, a resolução da trama, principalmente no que diz respeito à morte de Antígona, consolidaria a passagem de um poder que provém do ambiente privado e particular para o universal e público. Para Judith Butler, em *A Reivindicação de Antígona*, ele promove uma generalização dos atos de Antígona como comprovação da natureza do feminino e seu papel frente à sociedade: “um inimigo – a feminilidade, de modo geral. A feminilidade – a eterna ironia da comunidade (...) por meio de suas intrigas, a feminilidade...transforma o fim universal do governo em um fim privado” (Hegel, 1977, p. 288, 352, 353 apud Butler, 2022, p. 72). Antígona, ao opor-se às leis de Creonte e defender o direito de seu irmão ao sepultamento, sintetiza esse lugar da feminilidade em relação ao Estado e, assim, segundo a lógica hegeliana, deve ser neutralizada por ele (Butler, 2022).

A análise de Butler parece denunciar uma polarização entre a imagem do feminino expulso da esfera pública e um poder masculinizado que deve promover a expulsão, proposta que tem Hegel como um de seus principais defensores, inclusive com o uso da imagem de Antígona como argumento. Desse modo, a maneira como o gênero é lido e performado ajuda a legitimar as relações de poder, principalmente em contextos de autoritarismos. Diana Taylor, em *Performing Gender: las Madres de la Plaza de Mayo* (1994), ajuda a pensar como essa dicotomia continuou ecoando em contextos posteriores a Hegel, como na ditadura civil-militar argentina (1976-1983). A análise de Taylor tem como foco a atuação das *Madres de Plaza de Mayo*, amplo movimento que constrói uma forte e reconhecida oposição à ditadura, no qual mulheres, até os dias atuais, clamam por justiça em relação aos crimes do Estado; entre eles estão os desaparecimentos de seus filhos e netos.

Nesse artigo, Taylor (1994) busca traçar como o estado ditatorial explorava uma autoimagem masculinizada e excessivamente viril para se colocar como única via de poder legítimo. Isso constrói a validade do seu autoritarismo e opõem-se ao feminino que representava ora a mãe Pátria, a qual devia ser salva de seus filhos subversivos, ora a mulher subversiva, associada à promiscuidade e à histeria — em referências àquelas que se opunham às práticas violentas do Estado, como era o caso das *Madres*. A mulher exaltada em tal discurso era justamente aquela ligada ao ambiente privado e à maternidade, enquanto a mulher que ousava entrar na esfera pública era aquela que deveria ser combatida, da qual a Pátria precisava ser protegida (Taylor, 1994).

Desse modo, criou-se uma oposição entre a esfera pública e privada, sendo que a primeira só poderia ser ocupada pela ordem viril da Junta Militar: “Opposed to the

interiority associated with subversion, danger, blood, and femininity, the military represented itself as unequivocally masculine, aggressively visible, all surface (...)” (Taylor, 1994, p. 279).³³ As *Madres de Plaza de Mayo* subverteram a ordem indo a um local público, em frente à Casa Rosada, sede do governo argentino, para denunciar os crimes cometidos pelo regime militar e expor o rosto de seus filhos desaparecidos. Por isso, foram submetidas a diversos ataques, além de também serem vítimas de sequestros, perseguições, torturas e desaparecimentos; violências as quais denunciavam. Observa-se, portanto, a repetição da brutalidade que recai sobre os corpos femininos que ousam entrar na esfera pública e denunciar as ações criminosas de um poder masculinizado desde a Grécia Antiga.

À vista disso, Butler examina os momentos na tragédia de Sófocles em que Antígona é masculinizada, momentos que, segundo a filósofa são ignorados por Hegel (Butler, 2022), mas não por Creonte. O rei tebano, ao reconhecer a transgressão de Antígona na busca de inserir sua voz na esfera pública, teme que ela assuma o papel masculino no embate que se constrói entre ambos, o que conseqüentemente provocaria uma desmasculinização de sua imagem. Isso significa, sobretudo no contexto clássico, a desestabilização do seu lugar como detentor do poder: “Na verdade, será ela o homem, e não eu, se seus atos não forem punidos energicamente” e acrescenta mais adiante: “O que não aceitarei é ser governado por uma mulher” (Sófocles, 2017 p. 185 e 187).

Dessa maneira, quando Creonte expõe seu medo, coloca concomitantemente a possibilidade de enxergar a voz de Antígona como uma voz masculina, logo, à vista que no contexto da pólis grega um discurso apenas pode ser reconhecido e inteligível se masculino, Creonte também caracteriza o sucesso de Antígona e de sua reivindicação. Em outras palavras, a ameaça que a masculinização de Antígona representa para Creonte consiste na entrada de sua voz, antes feminina e inaudível, na esfera política.

Tal gesto do rei tebano encontra um paralelo no contexto da ditadura argentina, uma vez que a tentativa dos militares era explicitamente calar um movimento de mulheres cujas vozes estavam sendo cada vez mais ouvidas num ambiente em que apenas homens fardados e seus tanques poderiam desfilar. Punir a resistência das

³³ “Em oposição à interioridade associada à subversão, ao perigo, ao sangue e à feminilidade, os militares representavam-se como inequivocamente masculinos, agressivamente visíveis, totalmente na superfície (...)” (tradução da autora).

Madres era uma maneira de não deixar que mulheres violassem o lugar de poder exclusivamente masculino. No entanto, essas represálias geraram grande desconforto na sociedade civil, mesmo nas parcelas que apoiavam a ditadura, ocasionando rachaduras no discurso dos militares, altamente vinculado à defesa da família heteronormativa. Essa fissura se dá uma vez que, ao provir de um estereótipo de gênero baseado na figura idealizada da mulher relacionada à maternidade que é capaz de tudo para defender seus filhos, quase como mártir, o gesto das *Madres* pode ser lido como uma obediência a esse estereótipo, já que se tratam de mulheres que arriscam suas próprias vidas em defesa da memória de seus filhos. Então, como afirma Laura Rossi em seu ensaio *¿Cómo pensar las Madres de Plaza de Mayo?*, o Estado ditador teve grandes dificuldades de sustentar as reações violentas contrárias às *Madres* frente à opinião pública, fazendo com que “El mito se vuelve contra el mitificador” (Rossi, 1987, p. 24).³⁴

As semelhanças entre Tebas e a Argentina nesse período foram ampliadas pela escritora Griselda Gambaro em *Antígona Furiosa* (1986). Trata-se de uma releitura da tragédia sofocliana que denuncia as violações do regime ditatorial argentino, em que a protagonista busca, num gesto parecido ao das *Madres* e da personagem sofocliana, opor-se ao autoritarismo para poder dar continuidade ao seu trabalho de luto e enterrar seu irmão: “Siempre querré enterrar a Polinices. Aunque nazca mil veces y él muera mil veces” (Gambaro, 1986 p. 217).³⁵ Na peça de Gambaro, há a indicação de três personagens iniciais — Antígona, Corifeo e Antínoo — que, a partir da incorporação de diferentes elementos cênicos, dão vida a outros personagens da tragédia, como Creonte, o qual é representado pelo Corifeo; e Hêmon e Ismênia, representados por Antígona.

É interessante pensar a diferença entre o coro da peça de Sófocles e Corifeo, representante do coro em Gambaro. Se o coro sofocliano vai, no decorrer da peça, apropriando-se do ponto de vista de Antígona, em Gambaro, ele representa o cidadão argentino mediano que apoiava a ditadura; e, assim, opõe-se à Antígona do começo ao fim da peça, o que explica que Corifeo e Creonte sejam encenados pelo mesmo ator/atriz. Apesar disso, é possível observar a repetição de alguns gestos já citados

³⁴ “O mito se volta contra o mitificador” (tradução da autora).

³⁵ “Sempre vou querer enterrar Polinices. Mesmo que eu nasça mil vezes e ele morra mil vezes” (tradução da autora).

sobre a tragédia de Sófocles, os quais vão de encontro com as análises de Taylor e Rossi. O primeiro reside novamente no medo de Creonte de que a desobediência de Antígona, em relação ao seu decreto, a masculinize, como revelado quando afirma: “Ella sería hombre y no yo si la dejara impune (...) no habrá de mandarme una mujer” (Gambaro, 1986, p. 5)³⁶, trecho que sugere que o maior delito de Antígona talvez não seja, aos olhos do poder autoritário, enterrar seu irmão, mas se apropriar do lugar masculino antes destinado seja ao rei tebano seja aos militares.

O segundo gesto revela o que, anos depois, Butler propõe ao analisar o discurso da Antígona grega: a incorporação de uma voz masculina para se fazer ouvir no ambiente político (Butler, 2022). Isso aparece na peça argentina de maneira mais explícita quando a filha irmã de Édipo se vale das palavras de Hêmon para confrontar Creonte:

Cuando Antígona se enfrenta a Creonte, utiliza los textos dichos por Hemón en la tragedia griega para desafiar su autoridad y hacerle saber su furia. Al entonar las palabras de su prometido, Antígona adquiere un carácter más agresivo y su actitud es mucho más conflictiva (Moreno, 1996, p. 126).³⁷

A citação anterior, da leitura de Moreno sobre a peça de Gambaro, sugere outras maneiras de pensar como o papel de gênero é traçado na obra argentina. Nela, Antígona não seria passiva e tomaria um lugar mais agressivo no discurso quando se apropria da fala masculina de Hêmon. Indo na contramão, a Antígona de Gambaro parece refutar uma postura de agressividade quando afirma “por que soy mujer, nací para compartir el amor y no el odio” (Gambaro, 1986, p. 204)³⁸, trecho composto pela apropriação da fala da Antígona sofocliana, com o acréscimo de uma explicação — “por que soy mujer”.

³⁶ “Seria ela o homem e não eu se a deixasse impune (...) uma mulher não há de mandar em mim” (tradução da autora).

³⁷ “Quando Antígona enfrenta Creonte, ela utiliza as palavras ditas por Hemón na tragédia grega para desafiar sua autoridade e expressar sua fúria. Ao entoar as palavras de seu prometido, Antígona adquire um caráter mais agressivo e sua atitude se torna muito mais conflituosa” (tradução da autora).

³⁸ “Porque sou mulher, nasci para compartilhar o amor, não o ódio” (tradução da autora).

Desse modo, a Antígona argentina parece querer reafirmar seu lugar no feminino, como alternativa à violência e aos crimes do regime militar.

Em outras palavras, a Antígona assume as palavras masculinas de Hêmon para acessar o espaço masculinizado de poder, todavia, uma vez lá dentro, reafirma ser um corpo estranho, um corpo feminino que propõe uma alternativa ao poder autoritário. O que parece se configurar com o acréscimo do trecho “porque soy mujer” seria algo semelhante a uma resposta à performance excessivamente masculinizante da Junta Militar argentina, analisada por Taylor. Haveria, portanto, em Antígona Furiosa, a afirmação de uma desobediência feminina que refuta uma ordem pré-estabelecida, já que, mesmo que algumas palavras sejam de Hêmon, a atitude combativa é de Antígona.

Como as Antígonas analisadas, as *Madres de Plaza de Mayo*, ao representarem mulheres que subverteram o espaço privado para se dirigirem ao espaço público, foram masculinizadas no discurso. Isso se nota na publicação de um jornal de esquerda, em 1984, no qual se afirma que elas foram “*las únicas que se animaron a poner las bolas*” (Rossi, 1987, p. 27)³⁹, masculinização que serve para justificar a coragem e atuação política. O gesto revela novamente a maneira como o político, dentro de diferentes contextos, é constantemente configurado com base em uma virilidade hostil, forçando, por vezes, que corpos femininos — e outros que fogem dos estereótipos masculinos — tenham sua feminilidade negada para, assim, tornarem-se inteligíveis nesse circuito de poder. Contudo, ao estudar o movimento das *Madres argentinas*, Laura Rossi afirma que é exatamente na “falta de bolas”, ou seja, no fato de não serem sujeitos masculinos, pelos menos não aqueles que são exemplares para o patriarcado, que reside a subversão política do movimento, pois são mulheres que manipularam conscientemente seu papel materno para ultrapassar o espaço privado e entrar na esfera pública, tornando o feminino político:

Pero las Madres hacen política a partir del vacío encubierto y revelado a la vez por la nostálgica grotesca metáfora de coraje = poner-las-bolas. Su poder no es tenerlas, sino el poder de la carencia (...) "el poder del cono es el fin de la pareja milenaria del amo y el esclavo". Desde el poder del cono las Madres encendieron la mecha del no poder. Y trastocaron la realidad, de modo que el no poder logró lo que el poder de hecho no había logrado (Rossi, 1987, p. 27).⁴⁰

³⁹ “As únicas que tiveram coragem de botar as bolas na mesa” (tradução da autora).

⁴⁰ “Mas as Madres fazem política a partir do vazio escondido e revelado ao mesmo tempo pela nostálgica e grotesca metáfora da coragem = colocar as bolas. Seu poder não é tê-las, mas o poder da falta (...) 'o poder da buceta é o fim do antigo casal de senhor e escravo'. Do poder da buceta, as

Em suma, o paralelo que se desenha entre a protagonista de *Antígona Furiosa* e as Madres estaria, portanto, no que afirma Rossi, já que elas entram no político subvertendo a ideia de poder, a qual se consolidava unicamente masculino. E, ao invés de disputarem esse espaço normativo, colocam-se como uma alternativa a ele, constituindo-se como aquilo que o desafia a partir de sua negação, isto é, são o “*no poder*” que provém da falta “de bolas”. Para isso, manipulam os estereótipos de gênero que, em um primeiro momento justificariam o seu aniquilamento, vide a lógica hegeliana, e conseguem afirmar suas resistências femininas no espaço público.

Referências Bibliográficas

BUTLER, Judith. *A Reivindicação de Antígona: o parentesco entre a vida e a morte*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

CARSON, Anne. *Antigonick*. New York: New Directions, 2012.

GAMBARO, Griselda. *Antígona Furiosa*. Buenos Aires: La flor, VIII afio 1986.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do Espírito*. 7.ed. Rio de Janeiro: Vozes,

2002.

MORENO, Iani del Rosario. La recontextualización de Antígona en el teatro argentino y brasileño a partir de 1968. In: *Latin American Theatre Review*, vol. 30, n. 2, mar. 1997, p. 115-29. Disponível em: <https://journals.ku.edu/latr/article/view/1162/1137>. Acesso em: 07 out. 2025.

ROSSI, Laura. ¿Cómo pensar a las Madres de Plaza de Mayo?. In: *Fin de Siglo* n.4, out. 1987, p. 23-27. Disponível em: <https://ahira.com.ar/ejemplares/fin-de-siglo-no-4/>. Acesso em: 07 out. 2025.

SÓFOCLES. *Édipo Rei; Antígona*. Trad. Ordep Serra e Sueli de Regino. São Paulo: Martin

Claret, 2017.

TAYLOR, Diana; VILLEGAS, Juan. *Negotiating performance: gender, sexuality, and*

theatricality in Latin/o America. London: Duke University Press, 1994.

Madres acenderam o pavio do não poder. E perturbaram a realidade, de modo que o não poder alcançou o que o poder de fato não conseguiu alcançar” (tradução da autora).

“VIOLACIÓN SÍ, DELACIÓN NUNCA”⁴¹:

**o dogmatismo da esquerda revisto em *La llamada* de Leila Guerriero
(2024)**

Caroline Peres Martins⁴²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

E-mail: cperesmartins96@gmail.com

Resumo:

À luz da perspectiva de gênero e memória, este artigo propõe o exame da dessacralização da esquerda e a sinalização de suas contradições, como também de movimentos sociais, sobretudo no que diz respeito à suspeição que se recaiu sobre as vítimas de violência sexual nos centros clandestinos da última ditadura cívico-militar argentina. A referência central do estudo é a publicação *La llamada*, de Leila Guerriero, acerca de Silvia Labayru, bem como *Putas y guerrilleras*, de Miriam Lewin e Olga Wornat.

Palavras-chave: Violência sexual; Ditadura civil-militar; Leila Guerriero.

Resumen:

A la luz de la perspectiva de género y memoria, este artículo examina la desacralización de la izquierda armada y destaca sus contradicciones, como también de movimientos sociales, en particular respecto a la sospecha que recayó sobre las víctimas de violencia sexual en los centros clandestinos de la última dictadura cívico-militar argentina. La referencia central de este estudio es *La llamada*, de Leila Guerriero, sobre Silvia Labayru, como también *Putas y guerrilleras*, de Miriam Lewin e Olga Wornat.

Palabras clave: Violación sexual; Dictadura cívico-militar; Leila Guerriero.

⁴¹ “Violação, sim, delação nunca” (Lewin; Wornat, 2020, p.92, tradução nossa).

⁴² Doutoranda em Letras Neolatinas pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estância de investigação sanduíche em Buenos Aires, Argentina, na *Universidad del Salvador*, ambas as pesquisas com financiamento pela CAPES. Mestre em Crítica Literária pela Universidade Estadual de Campinas.

Em *¿Qué le hace el género a la memoria?* (2010), Alejandra Oberti persegue esse efeito de sentido ao mirar para o passado recente da última ditadura argentina (1976-1983), em testemunhos de mulheres que reinterpretem suas trajetórias com um ponto de vista presente. Isso implica em desvelar a dimensão política no privado e resgatar as vivências que mais resistem à representação, ao invés de incorporar as histórias esquecidas a um “panteón junto a los héroes” (Oberti, 2010, p. 29).⁴³ Emprestamos tal chave de análise para refletir a respeito de *La llamada* (2024) de Leila Guerriero, espécie de biografia sobre Silvia Labayru, cuja linguagem transita entre memória, literatura e investigação jornalística.

Silvia Cárcamo, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comenta que os relatos acerca da militância dos anos 1970 se inscrevem na tradição recente por sua recorrência na produção literária argentina. À vista disso, Guerriero (2024, p. 26-27) procura singularizar a proposta: “Hay muchos libros sobre la violencia de los grupos armados de izquierda que actuaran en los setenta en Argentina, y muchos sobre la violencia de Estado que reprimió la violencia (...) este libro es el retrato de una mujer. Un intento”.⁴⁴ Então, nos indagamos: *¿Qué le hace el género a la memoria en La llamada?*⁴⁵

Sob a ótica de gênero, a jornalista aproxima-se e atravessa o passado político argentino pela narração íntima de Labayru, expondo um retrato ou representação do atravessamento político no privado. Silvia Labayru é uma ex-militante que integrou o setor de inteligência dos Montoneros, organização guerrilheira argentina com identificação peronista. Em 1976, aos vinte anos, ela foi sequestrada pelo grupo de tarefas da *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA), hoje *Espacio Memoria y Derechos Humanos*, que funcionou como centro clandestino de detenção em Buenos Aires.

⁴³ “panteão junto aos heróis” (tradução nossa).

⁴⁴ “Há muitos livros sobre a violência dos grupos armados de esquerda, que atuaram nos anos 1970 na Argentina, e muitos sobre a violência de Estado que reprimiu a violência (...) este livro é o retrato de uma mulher. Um intento” (tradução nossa).

⁴⁵ “O que o gênero faz à memória em *La llamada?*” (tradução nossa).

Na ESMA, foi torturada grávida; identificou o cadáver de sua cunhada, Cristina Lennie; deu à luz a uma filha que foi a primeira criança nascida em cativeiro, no mesmo local em que foi torturada;⁴⁶ forçada a trabalhar no *ministaff*; e violada sistematicamente por Alberto González (*el Gato*) e sua esposa. Apesar disso, é uma figura párea entre a esquerda, por desafiar os discursos hegemônicos dos Montoneros e sobreviver à prisão na ESMA, indício de traição ou colaboração. Isso significa que nos referimos a ideia de culpabilização da vítima, em vez da culpa do sobrevivente. A partir do discurso de memória de Labayru em *La llamada*, observamos o efeito de sentido do gênero sobre a memória, revisitada desde o presente, a fim de problematizarmos o dogmatismo da esquerda guerrilheira.

“Violación sí, delación nunca”: a culpabilização da sobrevivente

A culpa do sobrevivente é amplamente debatida às voltas, como exemplo, da produção testemunhal do escritor italiano Primo Levi, sobrevivente de *Auschwitz*, que se suicidou em 1987 — após ter alcançado amplo reconhecimento intelectual por sua escrita do trauma. De outro lado, este estudo propõe o exame do que definimos como culpabilização da vítima, sobretudo de violências sexuais em centros de repressão, durante a última ditadura argentina, alegorizada pela experiência de Silvia Labayru em *La llamada*, mediado por Leila Guerriero — a qual seleciona, compila e se posiciona frente ao material coletado durante as entrevistas realizadas ao longo de dezoito meses com Labayru e outros personagens envolvidos em sua história.

Nessa seara, é importante situar o lançamento de *Putas y guerrilleras* (2014), de Miriam Lewin e Olga Wornat, um dos primeiros trabalhos a aprofundar a investigação das vivências de mulheres militantes, vítimas de torturas sexuais e abusos nos centros de repressão, como demonstração da hierarquia de gênero e punição pela transgressão aos poderes político e patriarcal. Além de tensionar a atmosfera machista do campo de esquerda. Conforme o balanço da edição atualizada, publicada em 2020, o livro

⁴⁶ Nesse momento, a *sala* ou *pieza de las embarazadas* ainda não havia se estruturado nas dependências da ESMA, o que não alterou a precarização e o caráter de improvisado da cela reserva ao nascimento dos bebês de militantes sequestradas, roubados e adotados ilegalmente.

repercutiu com consternação em certos setores da militância, que consideraram um erro político remexer em tais questões tabus.

A princípio, vale ressaltar que o *Nunca más* (1984) e os juízos das Juntas Militares em 1985 consideraram o desaparecimento forçado como a máxima de violência registrada de 1976 a 1983, sem encarar as violações de gênero, que atingiram sobretudo as militantes, sendo cúmplices do silêncio e impunidade de décadas:

Las mujeres que durante el Juicio a las Juntas en 1985 se atrevieron a denunciar que habían sido víctimas de violencia sexual durante su cautiverio, venciendo las barreras de la vergüenza y la culpa, ante el tribunal formado por seis jueces de la Cámara Federal, recibieron como respuesta una autorización tácita para exteriorizar su dolor, pero ninguna posibilidad de reparación a través de la justicia. La enunciación o descripción de los vejámenes no aportaba nada en ese momento desde el punto de vista de la construcción de la prueba. ¿Por qué? La violación estaba incluida en la tortura. No se consideraba un delito de género. La normativa jurídica de la época, además, que luego cambiaría, determinaba que la violación era una afrenta al «honor privado».

Los jueces, fiscales e incluso las mismas mujeres, consideraban a mediados de los años 80 los crímenes sexuales como algo secundario, frente a la figura de la desaparición forzosa, el homicidio y, por supuesto, el robo de bebés (Lewin; Olga, 2020, p.60).⁴⁷

Putas y guerrilleras parte de depoimentos de ex-guerrilheiras para abordar a consequente estigmatização sofrida pelas militantes, seja como presas políticas ou ex-presas políticas. Elena Alfaro, que figura entre as poucas sobreviventes de 1977, menciona que eram consideradas traidoras, como todos os sobreviventes. Segundo as autoras, essa era uma insinuação velada contra às mulheres que chegavam ao exílio, recém-saídas dos campos de extermínio da Argentina. Especialmente no caso de Alfaro,

⁴⁷ “As mulheres que, durante o Juízos das Juntas em 1985, atreveram-se a denunciar que haviam sido vítimas de violência sexual durante o cativeiro, vencendo as barreiras da vergonha e culpa, ante o tribunal formado por seis juízes da Câmara Federal, receberam como resposta uma autorização tácita para exteriorizar sua dor, mas nenhuma possibilidade de reparação por meio da justiça. A enunciação ou descrição das humilhações não aportava nada, nesse momento, desde um ponto de vista da construção da prova. Por que? A violação estava incluída na tortura. Não se considerava um delito de gênero. Ademais, a normativa jurídica da época, que logo mudaria, determinava que a violação era uma ofensa a «honra privada».

Ao final dos anos 80, juízes, fiscais e inclusive as mulheres consideravam os crimes sexuais como algo secundário, frente à figura de desaparecimento forçada, o homicídio, e, claro, o roubo de bebês” (tradução nossa).

ela sofreu agressões depois de testemunhar no consulado argentino de Paris em 2006, com vistas a sugerir que manteve relações sexuais voluntárias com genocidas: “Como mujer, era [tachada] promiscua. Y como militante, traidora” (Lewin; Olga, 2020, p.69).⁴⁸

Já *La llamada* foi apresentado pela editora espanhola Anagrama em 2024,⁴⁹ uma década após a primeira publicação de *Putas y guerrilleras*.⁵⁰ Nele, Labayru corrobora com o rechaço vivenciado em sua chegada ao exílio em Madri, logo que saiu da ESMA: “me ponían en cuestión, que si yo era una traidora, una colaboracionista” (Guerriero, 2020, p.43).⁵¹ Ademais, recorda que não foram acolhidas pelos movimentos de direitos humanos, cujo lema era de recuperar os sequestrados vivos, inclusive pelas *Madres de Plaza de Mayo*. Hebe de Bonafini, uma das fundadoras do grupo, enfatizava que deveriam se manter distantes (Guerriero, 2024).

Com relação à sobrevivente Silvia Labayru, incidi(a) uma dupla culpabilização: além de escapar com vida, era acusada de se infiltrar, ao lado do militar Alfredo Astiz, nas reuniões de familiares de desaparecidos, o que culminou no sequestro e desaparecimento de duas monjas francesas e três *Madres* em 1977. Embora coagida a acompanhá-lo (sob o disfarce de irmã), e sem nenhuma evidência de participação efetiva, convive com o estigma de traidora e amante de Astiz e González (Lewin; Olga, 2020; Guerriero, 2024). Para mais, integrou o *ministaff* da ESMA, um projeto que visava recuperar ideologicamente sequestrados, por meio de oficinas de trabalho coercitivo, vistas como colaboração por parte de presos políticos.

Desde a ESMA, as próprias companheiras partilhavam a percepção de que, algumas presas, eram “sedutoras” e não ofereciam resistência às investidas sexuais dos algozes ou colaboravam com os militares no *ministaff*. De acordo com Susana Jorgelina Ramus, autora das memórias *Sueños sobrevivientes de una montonera* (2000), é a “vieja historia de culpar a la víctima”, profundamente mais crítica por ocorrerem

⁴⁸ “Como mulher, era promiscua. E como militante, traidora” (tradução nossa).

⁴⁹ Em 2025, ganhou tradução em português pela Todavia sob o título *A chamada*.

⁵⁰ No ano anterior à apresentação de *La llamada*, Javier Milei e Victoria Villarruel, de ultradireita, venciam as eleições presidenciais na Argentina. Aqui, cabe destacar que Villarruel tem como mentor político González, o violador de Silvia Labayru.

⁵¹ “Colocavam minha conduta em dúvida, se era uma traidora, uma colaboracionista” (tradução nossa)

em centros de reclusão ilegais (Lewin; Olga, 2020, p.53),⁵² onde as relações sexuais de militares da Marinha com as sequestradas eram incentivadas por Jorge Eduardo Acosta, *El Tigre*, chefe de inteligência do grupo de tarefas da ESMA (Lewin; Olga, 2020; Guerriero, 2024).

No bojo de acusação e culpabilização da vítima, o ex-montonero Juan Salinas também demonstra uma cumplicidade discursiva com a violência sexual, pois alega entender a posição de mulheres que estabeleceram contato íntimo com torturadores — para não entregarem os companheiros. “Violación sí, delación nunca” afirmam categoricamente Lewin e Olga (2020, p.92), frase que compõe o título deste artigo, quanto à tolerância de violações como meio de impedir a traição.

Em face disso, chamamos atenção aos seguintes aspectos: nesse ponto, a lógica montonera se aproxima da militar, ao dar primazia a sobrevivência da organização e da ideologia política, em detrimento à vida da militante capturada — tanto que implementou a utilização obrigatória da cápsula de cianureto para todos os quadros da organização, não com a intenção de poupar da tortura, mas de impedir delações. Além disso, defende a ideia que a presa política estava em condições de decidir seu destino; ainda que estivesse, dispensaria a compreensão de ex-companheiros, após suportar a violência para se proteger. Como observa Miriam Lewin, sobrevivente da ESMA: “«No, no me acosté con el Tigre Acosta, pero si lo hubiera hecho para salvar mi vida, ¿qué? ¿Quién podría juzgarme?»” (Lewin e Olga, p.28).⁵³

Silvia Labayru, com a medição de Guerriero, faz uma leitura de gênero em relação ao passado semelhante à de Lewin. Antes de introduzir essa visão, é preciso destacar que ela é, na Argentina, uma militante à Lara Lavelberg no Brasil, uma musa da guerrilheira. Labayru é lembrada por sua formação intelectual e política e, principalmente, pela beleza física e a liberdade sexual que adivinha de uma educação liberal. Dessa forma, faz um aborto e contraria o moralismo dos Montoneros para defender o direito ao próprio corpo, causa pela qual foi julgada e punida pelo tribunal da organização com uma despromoção (Guerriero, 2024).

⁵² “velha história de culpar a vítima” (tradução nossa).

⁵³ “«Não, eu não transei com o Tigre Acosta, mas se eu tivesse feito isso para salvar minha vida, e daí? Quem poderia me julgar? »”.

Labayru sustenta que existe a perda da autonomia desde o momento do sequestro. Isso se traduz em falta de consentimento nas relações sexuais forçadas com militares, mesmo em atos nos quais a mulher sente prazer:

En el campo, el consentimiento no existe. Ni aunque hubieras follado con ese tipo mejor que con nadie en tu vida. Aun así es una violación (...) ¿Fue una violación aunque hubiera placer? Por supuesto que sí. Yo creo que hay un sustrato terriblemente machista y no queda del todo claro que las mujeres no provocamos las violaciones. La justicia es troglodita, y la violada es la provocadora, la sucia” (Guerriero, 2024, p.231).⁵⁴

Também faz críticas implacáveis, com ironia, à incoerência de militantes contrários à denúncia de violações sexuais: “Entonces estos excompañeritos que militan tanto los derechos humanos prefieren que las violaciones queden impunes antes que este tema tan escabroso salga a la luz (...) no las entienden como violaciones” (Guerriero, 2024, p.159).⁵⁵ Ela ainda se alude à dificuldade da própria vítima em assimilar que não são culpadas e foram vítimas da imposição sexual, mesmo fora da cena de tortura. A exemplo de Labayru, que enfrentou um processo ainda mais complexo, de conceber a esposa de Alberto González, seu abusador, como violadora — uma vez que foi coagida a praticar atos sexuais com o casal.

Em agosto de 2021, Jorge Acosta e Alberto González foram finalmente condenados por delitos sexuais cometidos durante o governo ditatorial da Junta. O tribunal argentino reconheceu a violência sexual como um crime de lesa-humanidade, com base nos testemunhos de denunciantes como Silvia Labayru — a qual tocou, pela primeira vez, nos abusos executados por uma civil, a mulher de González. Em *La llamada*, ela explica que também tardou a enfrentar este trauma nos juízos anteriores

⁵⁴ “No campo, o consentimento não existe. Nem que tivesse transado com esse cara melhor que com qualquer outro em sua vida. Mesmo assim, seria violação (...). Foi uma violação embora houvesse prazer? Claro que sim. Eu acredito que existe um substrato terrivelmente machista e não fica claro que as mulheres, nós, não provocamos as violações. A justiça é troglodita, e a violada é a provocadora, a suja” (tradução nossa).

⁵⁵ “Então esses ex-companheirinhos que militam tanto pelos direitos humanos preferem que as violações fiquem impunes antes que esse tema tão escabroso venha à tona (...) não as entendem como violações” (tradução nossa).

porque contraditoriamente significava “perjudicar la moral revolucionaria, la imagen de los montoneros” (Labayru, 2024, p.159).⁵⁶

À guisa de conclusão

La llamada de Leila Guerreiro traz à baila a trajetória de Silvia Labayru, atravessada pela militância nos Montoneros dos anos 1970 que produz um rasgo em sua vida privada, em razão das consequências do sequestro e detenção na ESMA, onde amargou o parto precarizado e solitário, a separação da filha entregue aos cuidados dos sogros, como também torturas e violações sexuais. Fora do centro de detenção, além de enfrentar o trauma das violências psicológicas e físicas sofridas, não pôde se libertar da suspeição de traição e colaboração, firmada por ex-colegas de luta armada e de coletivos de defesa de direitos humanos, ancorados na dicotomia que divide as militantes em “heroínas” (em geral, as mortas e desaparecidas) ou traidoras.

É a crítica presente nas memórias de Labayru que revelam temas caros para a esquerda argentina e latino-americana, dos graves erros da guerrilha — que conduziram uma geração sonhadora à morte — à necessidade de rever o passado com uma leitura de gênero, a fim de olhar para as sobreviventes como vítimas de seus repressores e abusadores. Sem atribuição da culpa tradicionalmente imposta sobre as vítimas de crimes sexuais ou a acusação de traição. Por fim, lembramos que é dever da esquerda exercer a crítica sobre suas próprias práticas, como almejamos mostrar nesta investigação:

Las críticas a los grupos armados de aquellos años son patrimonio de la derecha, que reclama que, así como se juzgó y se juzga a los militares por delitos de lesa humanidad, se juzgue a quienes formaron parte de esas agrupaciones, equiparando así el terrorismo de Estado con el accionar de las guerrillas. Silvia Labayru, y muchos otros que no avalan esa postura, pero tienen un discurso crítico hacia las organizaciones a las que pertenecieron, ocupan una articulación paria, un espacio que puede confundirse con el del enemigo. En el caso de ella: nada a lo que no esté acostumbrada” (Guerriero, 2024, p.85-86).⁵⁷

⁵⁶ “perjudicar a moral revolucionária, a imagem dos montoneros”.

⁵⁷ “As críticas aos grupos armados daqueles anos são patrimônio da direita, que reivindica que, assim como se julgou e se julga os militares por crimes de lesa-humanidade, se julgue aqueles que fizeram parte dessas agrupações, equiparando assim o terrorismo de Estado à ação das guerrilhas. Silvia Labayru, e muitos outros que não aprovam essa postura, mas têm um discurso crítico em relação às organizações às quais pertenciam, ocupam uma articulação pária, um

Referências Bibliográficas

CÁRCAMO, Silvia. Memoria política y relatos de infancia: *La casa de los conejos*, de Laura Alcoba, y *¿Quién te creés que sos?*, de Ángela Urondo Raboy. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 91–108, 2015.

GUERRIERO, Leila. **La llamada**: un retrato. 15.ed. Barcelona: Anagrama, 2025.

LEWIN, Miriam; WORNAT, Olga. **Putas y guerrilleras**: crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención: las historias silenciadas: la guerra sin fin. 1. ed. actualizada. Buenos Aires: Planeta, 2020.

OBERTI, Alejandra. *¿Qué le hace el género a la memoria?*. In: Pedro, Joana Maria; Wolff, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 13-30.

espaço que pode ser confundido com o do inimigo. No caso dela: nada a que não esteja acostumada” (tradução nossa).